

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GUSTAVO HENRIQUE DE SIQUEIRA

**CONQUISTANDO UM PEDAÇO DE CHÃO:
MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES
SEM-TERRA EM ABELARDO LUZ (SC)**

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na sala dez do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Elison Antonio Paim**, Orientador e Presidente, Professora **Sandra Luciana Dalmagro**, Titular da Banca, e o Professor **Paulo Pinheiro Machado**, Suplente, designados pela Portaria nº13/TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Gustavo Henrique de Siqueira**, subordinado ao título: “**Conquistando um pedaço de chão: memórias e experiências dos trabalhadores sem-terra de Abelardo Luz**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor **Elison Antonio Paim** a nota final *10,0*, da Professora **Sandra Luciana Dalmagro** a nota final *10,0* e do Professor **Paulo Pinheiro Machado** a nota final , sendo aprovado com a nota final *10,0*. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia 25 de julho de 2014. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 14 de julho de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. **Elison Antonio Paim**.....

Prof.a **Sandra Luciana Dalmagro**.....

Prof. **Paulo Pinheiro Machado**

Candidato **Gustavo Henrique de Siqueira**.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Gustavo Henrique de Siqueira, matrícula n.º 09161016, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Conquistando um pedaço de chão: memórias e experiências dos trabalhadores sem-terra em Abelardo Luz (SC)", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 18 de julho de 2014.

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como "Edina D. Perin".

Orientador(a)

GUSTAVO HENRIQUE DE SIQUEIRA

CONQUISTANDO UM PEDAÇO DE CHÃO:
MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES
SEM-TERRA EM ABELARDO LUZ (SC)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
à Universidade Federal de Santa Catarina
como parte dos requisitos necessários para a
obtenção do Grau de Bacharel em História.
Sob a orientação do Professor Elison
Antonio Paim.

Florianópolis, 2014

*Este trabalho é dedicado a Vânia Fiore e
em memória de meu pai, Gessivaldo de Siqueira.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os amigos, professores e parentes envolvidos com este trabalho e que de certa forma contribuíram para a sua realização. Em especial, agradeço a minha mãe Vânia Fiore que sempre me apoiou de todas as formas e a Silvane Jorge que sempre esteve ao meu lado. Agradeço aos trabalhadores dos assentamentos 25 de Maio e Bela Vista de Abelardo Luz que contribuíram para o trabalho com boas conversas e muita disposição em compartilhar suas memórias e nos apresentar a terra conquistada. Agradeço, por fim, ao professor Elison Antonio Paim, orientador deste trabalho, por todo o auxílio para além da realização do TCC e à professora Sandra Luciana Dalmagro por aceitar o convite de compor a banca e apontar importantes sugestões.

O povo fez-se para viver sujo e esfomeado. Um povo que se lava é um povo que não trabalha, talvez nas cidades, enfim, não digo que não, mas aqui, no latifúndio, vai contratado por três ou quatro semanas para longe de casa, e meses até [...], e é ponto de honra e de homem que durante todo o tempo do contrato se não lave nem cara nem mãos, nem a barba se corte. E se o fizer, hipótese ingênua de tão improvável, pode contar com a troça dos patrões e dos próprios companheiros. É esse o luxo da época, gloriarem-se os sofrendores do seu sofrimento, os escravos da escravidão. É preciso que este bicho da terra seja bicho mesmo, [...] seja o halo glorioso do trabalho no latifúndio, é preciso que o homem esteja abaixo do animal, que esse, para se limpar, lambe-se, é preciso que o homem se degrade para que não se respeite a si próprio, nem aos seus próximos.

(José Saramago – Levantado do Chão)

RESUMO

As ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no dia 25 de maio de 1985 no oeste de Santa Catarina evidenciaram a luta pela reforma agrária no Brasil quando a ditadura civil-militar dava lugar à “Nova República”. Esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo de organização de trabalhadores rurais que fundaram o MST e realizaram a ocupação de fazendas em sete municípios do estado, abordando a formação dos camponeses pela Igreja Católica e a Igreja de Confissão Luterana que atuaram através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Este trabalho fundamenta-se na memória e na experiência de trabalhadores rurais que vivenciaram este período, tendo como foco a organização e mobilização para as ocupações das Fazendas Papuan e Sandra no município de Abelardo Luz (SC), e o processo de conquista do Assentamento 25 de Maio. A metodologia de pesquisa consiste em revisão bibliográfica, trabalho com periódicos e história oral, revelando as dificuldades enfrentadas por milhares de famílias que, hoje assentadas, recordam destas ocupações com orgulho.

Palavras-chave: MST; Memória; Experiência; Abelardo Luz; História.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

CIMI – Conselho Indigenista Missionária

CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 09 |
| 2. CAPÍTULO 1: CONTEXTO HISTÓRICO | |
| 2.1 A Questão Agrária Brasileira..... | 20 |
| 2.2 Evolução Fundiária do Oeste Catarinense..... | 26 |
| 3. CAPÍTULO 2: A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA | |
| 3.1 A CPT e a Formação das Bases..... | 34 |
| 3.2 A Fundação do MST..... | 41 |
| 4. CAPÍTULO 3: A LUTA PELA TERRA | |
| 4.1 O Município de Abelardo Luz..... | 43 |
| 4.2 O Processo de Ocupação e Assentamento..... | 43 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 60 |
| 6. REFERÊNCIAS..... | 62 |
| 7. ANEXOS..... | 65 |

1. INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) teve, no estado de Santa Catarina, um dos episódios determinantes de sua consolidação na metade da década de 1980. As chamadas Operações Integradas de Ocupações Simultâneas¹, ocorridas em 25 de maio de 1985 no oeste do estado, projetaram o movimento para o Brasil no mesmo ano de sua fundação oficial, ocorrida em janeiro.

Este trabalho é resultado da análise de fontes consultadas sobre a organização dos camponeses pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a fundação e atuação do MST no oeste catarinense, que culminou nas referidas ocupações. Entre os sete municípios² onde terras foram ocupadas, há uma fazenda em Abelardo Luz³ que é o objeto específico desta pesquisa.

Compreendendo a questão da terra como um elemento-chave para se entender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a problematização de um movimento organizado por e para os camponeses sucede, à primeira vista, uma infinidade de opiniões e debates em diversos âmbitos, e levanta questões importantes como: sua causa histórica; sua relevância no atual contexto político e econômico; sua viabilidade; seu legado; a formação de suas bases, dentre outras. A complexidade do MST como movimento social é perceptível desde sua composição interna, seu estatuto, suas bandeiras de luta e no debate popular e acadêmico, do qual saem ferozes discussões – muitas vezes apaixonadas para ambos os lados – e contradições, que desnudam relações de poder e interesses.

Nesta pesquisa analisaremos a gênese do movimento em Santa Catarina enfatizando o caso de Abelardo Luz, que colocou o município nas matérias de jornais do estado e do país quando nascia o movimento e se conformava a ocupação de terras como método de luta do MST. A opinião da mídia – e das famílias a ela atrelada – é importante para a realização de um debate que situe os interesses e contradições presentes. É importante destacar também que tal ocupação não é a primeira no estado – em 1980, ocupou-se a Fazenda Burro Branco na cidade de Campo Erê⁴ –, mas

¹ POLI, O. **Leituras em Movimentos Sociais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2008, p. 108, 109.

² Abelardo Luz, Ponte Serrada, São Miguel do Oeste, Romelândia, Maravilha, Descanso e Mondai.

³ “**Abelardo Luz** é um município do Estado de Santa Catarina, localizado na região Oeste, a 574 km de Florianópolis. [...] A base da economia é a agropecuária (milho, soja, gado de corte e bovinocultura de leite, etc.), embora o Comércio e o Turismo também ocupem lugar de destaque. Sua população é de 16.374 (IBGE, 2007)” (Abelardo Luz. Site Oficial: <http://zip.net/bbkYSJ> Acesso em: 19 set. 2013).

⁴ Campo Erê está localizado a noroeste catarinense, distante 635 km da capital Florianópolis e 123 km de Chapecó. Possui cerca de 9.370 habitantes. Suas principais atividades são a indústria, comércio e

representa um marco por ser a primeira depois de o movimento estar formalizado e dirigido essencialmente pelos camponeses (não sendo, evidentemente, exclusivo destes).

De acordo com Odilon Poli,

[...] essa ocupação de 1985 foi um marco decisivo na organização do movimento, não só no oeste catarinense, mas também no estado e mesmo no país. Foi a partir deste fato que o movimento ganhou uma representação nacional e passou a construir uma infraestrutura que lhe permitiu agir com mais autonomia em relação à igreja, sindicatos e outras instituições⁵.

Sendo o MST um movimento com reivindicações atuais e com constantes embates na cena política e social; sendo esses sujeitos envolvidos numa série de acusações polêmicas pela mídia, de intelectuais e do senso comum, além da já citada “opinião apaixonada” (sobretudo daqueles que resguardam e zelam pela propriedade privada), acabamos envolvidos na curiosidade e na busca por conhecer a história e as experiências daqueles indivíduos. Nesse sentido, entender a gênese do movimento a partir da memória dos camponeses presentes na ocupação da noite de 25 de maio apresentou-se como um importante desafio.

Entre os objetivos desta pesquisa está a análise do contexto nacional em torno da questão agrária e suas relações com um caso específico, que foram as ocupações de terras no oeste de Santa Catarina em 1985. Além disso, visa identificar os atores sociais – camponeses – presentes nas referidas ocupações e pensar as ações do movimento do ponto de vista do indivíduo atuante naquele meio. As perguntas que surgiram em torno do tema remeteram à trajetória de cada agricultor: quais os anseios do sem-terra naquele contexto histórico? Como relata as angústias de viver por tempo indeterminado em barracos de lona, à espera de respostas do governo ou das represálias dos proprietários? De quê forma procuraram ou foram levados para a luta? As respostas não são simples, e através da memória problematizamos este passado que ficou marcado na história no oeste catarinense.

Neste ponto reside a principal justificativa desta pesquisa: apesar de já haver na historiografia e sociologia catarinense alguns estudos importantes sobre o MST no Estado, encontramos na memória dos camponeses e nos noticiários estaduais uma maneira de contribuir com o debate.

A escolha do tema surgiu de conversas com três figuras importantes da minha

agropecuária (Campo Erê. Site oficial: <http://goo.gl/L7AwFw> Acesso em: 19 set. 2013.

⁵ Poli, 2008, p. 109.

graduação: o professor-orientador deste trabalho, Dr. Elison Antonio Paim, o professor Dr. Paulo Pinheiro Machado e a jornalista Elaine Tavares do Instituto de Estudos Latino Americanos (IELA). Com uma ideia embrionária de escrever sobre a questão da terra no oeste catarinense, tive dessas pessoas sugestões importantes que resultaram neste trabalho.

Depois de delimitado o tema, tive a alegre surpresa de poder, através da pesquisa, reencontrar parentes que há muito tempo não via. Daí surgiu a oportunidade de visitar o Assentamento 25 de Maio no dia 27 de julho de 2013, possibilitada pela disposição de Maritania Andretta, Avelino Andretta, Terezinha Andretta e Olmiro Andretta que nos receberam com muita atenção. O contato com as pessoas aqui citadas foi fundamental na realização da pesquisa.

Dois dias foram suficientes para conhecer um pouco da realidade dos assentamentos 29 anos depois da ocupação e também para entender a dimensão da importância social e econômica daquelas terras em assentamentos que, diferente de antes das ocupações, vêm produzindo alimentos e qualidade de vida para a sociedade.

Discussão Teórica

Os conceitos que fundamentam esta pesquisa são os de memória e experiência. Estas categorias, além de trazerem para a pesquisa a voz de sujeitos relacionados à problemática de pesquisa, permitem ao pesquisador aproximar-se ainda mais do objeto. O recurso à memória possibilita, ainda, interpretar o discurso dos sujeitos e confrontá-los com a historiografia e as fontes disponíveis.

Neste sentido, a memória aqui trabalhada será confrontada com a história que o MST relata de si mesmo. Para Benjamin, a sociedade moderna, através do desenvolvimento das forças produtivas, tem caráter fragmentário e individual, ao contrário da memória vista como sabedoria e passada entre gerações. Em outras palavras, o conhecimento na sociedade industrial sofre grande transformação, não admitindo ou necessitando mais dos conselhos dos antepassados. Portanto, segundo o autor, o declínio de uma memória e uma experiência coletiva deu lugar às narrativas individuais, ou seja, a experiências esparsas e fragmentadas⁶.

Contudo, a memória constitui-se não apenas como fonte subjetiva, mas como um instrumento de análise subjetivo. Em outras palavras, o investigador terá o papel

⁶ BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura**. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 10-11.

de “decifrar” o discurso daquele que traz à tona sua memória, e o faz em consonância com a conjuntura social. Para Paim, a “memória tem sido pensada como seleção e sempre seleciona os eventos de forma individual (na relação com o social), pois depende de como cada um viveu. A memória individual vai depender sempre do social”⁷. E continua:

As lembranças não emergem exatamente como aconteceram e, sim, transformadas pela lente do presente, ou seja, são sempre reconstruções. O aflorar das lembranças é como se fosse uma justaposição ou fusão do já vivido com o vivido no presente⁸.

Portelli, a este respeito, afirma:

[...] o realmente importante é não ser a memória apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico⁹.

Portanto, a memória como elemento subjetivo dá margem para disputas de seu emprego como verdade. Visões de mundo contraditórias reivindicam a verdade para si a todo o momento. No caso de nossa problemática, temos de um lado a história contada pelos militantes sem-terra e de outro os proprietários de grandes extensões de terras. Esta disputa pela memória e os interesses nela existentes devem ser consideradas na análise do historiador, pois, de acordo com Lucien Febvre, “o homem não se lembra do passado, ele o reconstrói sempre... Ele parte do presente – e é por intermédio dele, sempre, que ele conhece, que ele interpreta o passado”¹⁰.

Para o historiador, a verdade constitui um campo subjetivo, ou seja, há na noção de “verdade” diversas interpretações. Esta visão, longe de ser exclusiva do trabalho com memória, atinge também as interpretações historiográficas. Embora a história tenha a verdade como elemento que constitui sua identidade e função social, a escrita histórica lida com narrativas e discursos que não são isentos de intencionalidade¹¹. Cabe ao historiador mediar as fontes e restituir o real.

⁷ PAIM, E. **Memórias e Experiências do Fazer-se Professor (a)**. 2005.532f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, 2005, p. 36.

⁸ Ibidem, p. 39.

⁹ PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n. 14, fev/1997, p. 33.

¹⁰ FEBVRE, apud DOSSE, F. História do Tempo Presente e Historiografia. In: **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012, p. 8.

¹¹ Dosse, 2012, p. 12.

Para Benjamin, a função primordial do historiador (ou do materialista histórico, em seus termos) é a análise do passado em busca daquilo ou daqueles que foram esquecidos ou silenciados. O materialista histórico deve ficar atento ao “sopro” dos derrotados na história. Eles se apresentam na forma “refinada e espiritual”: na confiança, na coragem, no humor, na astúcia e na firmeza, pois “elas questionaram sempre cada vitória dos dominadores”¹². O materialista histórico, portanto, nas palavras de Benjamin, “escova a história a contrapelo”¹³.

A memória, ainda, pode ser trabalhada no sentido de constituir e/ou determinar uma verdade através da experiência coletiva.

A relação entre a história e a memória se tornou central na problematização da relação entre verdade e fidelidade. Isso remete ao necessário “trabalho de memória” para evitar as patologias memoriais: sobrecarga de memória aqui, insuficiência de memória lá, como observou Paul Ricoeur. [...] A dialética da História e da memória ajudou a incutir mais verdade na fidelidade, suscitando o necessário trabalho da memória e a construção de uma história social da memória coletiva. A ambição é ter sucesso com mais verdade, processo possibilitado pela História de construir uma memória compartilhada, isto é, mais “pacífica”¹⁴.

Uma pesquisa envolvendo um conflito de interesses tão profundo quanto a luta pela terra e a defesa da propriedade privada, irreconciliáveis entre si à primeira vista, deve ser levada adiante com certa cautela e procurando evitar opiniões extremadas ou revanchistas. Porém, a análise crítica sobre os entrevistados, a historiografia e as instituições é indispensável ao trabalho do historiador.

Vinculado à produção do conhecimento científico e ao debate objetividade-subjetividade situa-se certa atitude de julgamento do passado expressa por alguns historiadores, iniciativa que perturba a cientificidade balizadora da produção de conhecimento. **A função primordial do historiador (e é claro, também do historiador do presente) não é julgar o passado e sim decodificá-lo, interpretá-lo e explicá-lo.** As motivações de ordem político-ideológicas, sempre sedutoras, não devem ofuscar o rigor da transparência da análise¹⁵.

Nesta perspectiva, o historiador, ao escrever, deve mediar os discursos dos entrevistados. Como naturalmente o tempo pode mudar a vida das pessoas, as opiniões de outrora podem não ser mais as mesmas e a lembrança do passado pode não captar

¹² BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 243.

¹³ Benjamin, 1994, p. 225.

¹⁴ Dosse, 2012, p. 11.

¹⁵ PADRÓS, E. S. História do Tempo Presente, ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. In: **Revista Tempo e Argumento.** Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009, p. 35. Grifos meus.

com exatidão os sentimentos do momento vivido, pois é influenciado pela lente do presente. Pode, ademais, ser lembrado como uma autocrítica. Todavia, se a escrita da história é uma interpretação do que não existe mais, a memória é o elo vivo entre o passado e o presente¹⁶.

E, finalmente, tratamos com bastante atenção a contribuição de E. P. Thompson para a escrita da história a que se propõe este trabalho. Ao examinar a teoria marxista de Althusser, Thompson atribui grande importância à experiência, o que denominou “termo ausente”. Conforme o historiador inglês, é fundamental compreender as experiências dos sujeitos que fazem a história, superando o pragmatismo de teorias que imobilizam a interpretação da vida de humanos que compõem determinado segmento social, pois entende-os apenas como estruturas. De acordo com o autor:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência humana, grifo meu] – não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada¹⁷.

Entendendo que apenas a análise do ponto de vista dos camponeses não basta para o entendimento da questão da terra, da reforma agrária e da experiência na ocupação da fazenda em Abelardo Luz em 1985, a análise de periódicos auxilia na compreensão do momento histórico, assim como na problemática das relações de interesses presentes nas matérias realizadas sobre as ocupações.

O trabalho com periódicos visa compreender melhor o contexto das ocupações de terras. Para isso, não buscamos nos jornais uma relação sequencial de fatos para citarmos de forma acrítica. A análise dos periódicos, portanto, “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam”¹⁸.

Neste sentido, conforme Luca:

[...] jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas

¹⁶ Nora, apud Paim, 2005, p. 51.

¹⁷ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981, p. 182. Grifos no original, exceto o destacado.

¹⁸ PROST, apud LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo (SP): Contexto, 2008, p. 114.

empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita¹⁹.

Por isso a “importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos [...]”²⁰. Esta pesquisa não tem os periódicos como foco, todavia, estes elementos serão discutidos quando pertinentes.

Metodologia

A metodologia de trabalho empregada nesta pesquisa foi a da história oral, a análise de documentos e a leitura de bibliografia sobre o tema da questão agrária.

A opção de se trabalhar com a história oral advém do objetivo de trabalhar com a memória dos camponeses (anseios, angústias, alegrias, expectativas ou frustrações) no contexto da ocupação, sem cair no reducionismo da história oficial contada apenas pelo Estado, apenas pela mídia ou apenas pelo MST.

Esta opção metodológica se explica, ainda, pela proximidade com o “objeto” pesquisado. A simples análise documental e teórica não contemplaria a complexidade das relações sociais, entendendo o sujeito como detentor de subjetividades que só a ele compete. Para Paul Thompson, esta qualidade do contato direto com a sociedade analisada é particularmente positiva, pois “[...] devolve também ao historiador a mais antiga habilidade de seu ofício”²¹, ou seja, a busca pelo conhecimento empírico e a troca de experiências.

Verena Alberti destaca que “uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”²². E continua:

Essa riqueza da História oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de "histórias dentro da história", que, dependendo de seu alcance e dimensão, permitem alterar a "hierarquia de significações historiográficas" [...]²³.

¹⁹ Luca, 2008, p. 140.

²⁰ Ibidem, p. 140.

²¹ THOMPSON, P. **A voz do passado: História oral**. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992, p. 103.

²² ALBERTI, V. História Oral. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo (SP): Contexto, 2008, p. 165.

²³ Ibidem, p. 166.

Para os propósitos desta pesquisa a reflexão de Alberti é pertinente, pois a história oral destaca o que há de particular nos fatos históricos. Ou seja, cada indivíduo participante – direta ou indiretamente – tem sua interpretação do ocorrido, que pode e deve ser confrontada com a história documentada ou oficial.

Para Portelli, a história oral como método é importante não apenas no objetivo de lembrar o factual, mas também de captar os significados particulares que o entrevistado deu ao evento ou ao período. Em suas palavras, “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”²⁴.

Tratando-se de uma região pouco estudada, este viés se torna particularmente interessante no sentido de possibilitar que os assentados exercitassem sua memória do tempo em que estavam acampados e o processo que culminou no assentamento. Além disso, a memória e a experiência de camponeses “comuns” e “lideranças” (embora não se possa, exatamente, separá-los) ajudam a sistematizar não só o ocorrido no recorte temporal pretendido por este trabalho, mas também compreender o trabalhador rural que conquistou a terra através de luta. O discurso do entrevistado, neste sentido, terá especial importância.

Se tratando de uma pesquisa em assentamentos de reforma agrária, a pesquisa deve ter cuidado em relação às cargas ideológicas ou preconceituosas contidas no senso comum e mesmo na academia. O MST sofreu e ainda sofre represálias em seu modo de ver e atuar sobre a questão agrária e a sociedade em geral, devendo muito disso ao método de ocupação de terras, pois o direito à propriedade e o mérito da compra da terra pelo proprietário é um fator muito valorizado no pensamento comum. Além disso, a visão do campo como “atrasado” e fadado ao desaparecimento com o desenvolvimento material da sociedade ajuda a sustentar este preconceito. Portanto, o estudo em assentamentos de reforma agrária requer cuidados especiais. Conforme Whitaker:

Precisamos, portanto, para a compreensão do rural: a) Superar a ideologia urbano-industrial que se autoproclama universal, tal como equacionado por Weber (2008); b) Superar o reducionismo da ciência cartesiana que propõe estudar o fato social como coisa, síntese da proposta de Durkheim (1972); c) Superar o positivismo, que fragmenta o real, pensando entender a natureza com base em recortes abstratos [...]²⁵.

²⁴ Portelli, 1997, p. 31.

²⁵ WHITAKER, D. (et al). Proposta metodológica para pesquisa de campo em assentamentos de Reforma

Para a realização desta pesquisa foram entrevistadas três pessoas ligadas ao MST e presentes no acampamento formado após a ocupação. Dois deles ainda trabalham e vivem no assentamento, enquanto a outra tornou-se uma liderança do movimento e trabalha na direção localizada em Chapecó (SC). As duas primeiras entrevistas foram realizadas no assentamento 25 de Maio e assentamento Bela Vista, ambos localizados em Abelardo Luz, e a outra realizada na referida direção do movimento. Todos os depoimentos foram colhidos em julho de 2013.

Os jornais utilizados na pesquisa foram consultados no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), em Chapecó, na forma de clipagem armazenados por tema, entre os quais há um específico com notícias referentes ao MST. Ou seja, não são poucos os diários lá arquivados e que referem-se ao movimento. Portanto, não será problematizado cada um dos veículos, pois fugiria dos propósitos desta pesquisa. Há entre as fontes consultadas no CEOM: os diários A Notícia, O Estado, Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo, Zero Hora e Diário da Manhã. Cada veículo e sua respectiva matéria são citados separadamente neste trabalho, conforme a necessidade, e a referência a cada um dos periódicos foi feita de acordo com a disponibilidade de informações recebidas no arquivo, ou seja, as citações que não informam o número de página ou autor da matéria são casos onde não pudemos obter tal referência.

De volta ao estudo dos periódicos, já se conformava na imprensa escrita da época (pelo menos desde a década de 1950) a neutralidade da informação em detrimento da doutrinação. Conforme Luca:

Consagrava-se a ideia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a "verdade dos fatos". Mudança sem volta, em que pese o percurso atribulado do jornal-empresa e os limites do seu grau efetivo de mercantilização diante de entraves de caráter político, socioeconômico e cultural²⁶.

Todavia, é possível analisar através dos discursos dos veículos de comunicação uma relação de interesses, de acordo com a posição que os periódicos ocupam no contexto que escrevem. Em Santa Catarina, por exemplo, durante o regime militar, o proprietário do jornal O Estado era afiliado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista fundado pelos militares²⁷. Neste sentido, é necessário problematizar

Agrária. In: **Retratos de Assentamentos** – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), UNIARA, Araraquara. v. 14, n.1, 2011, p. 20.

²⁶ Luca, 2008, p. 138.

²⁷ PEREIRA, M. **Imprensa e Poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli: FCC

até onde o discurso “neutro” do jornal prevalece sobre o interesse político expresso na afiliação política do proprietário do periódico. Exemplo do poderio político sobre este periódico demonstrou-se no governo de Konder Reis, que no ano de 1978 suprimiu anúncios, atas, avisos e editais da administração do jornal, boicotando o veículo economicamente. O motivo foi o de exercer pressão ao jornal, pois o concorrente, o Jornal de Santa Catarina, era apoiador declarado do governo catarinense²⁸.

O jornal O Estado foi fundado em 1915 por Henrique Rupp Junior e Ulisses Costa. Teve sua sede em Florianópolis, primeiro no bairro Saco Grande e, posteriormente, no centro da cidade. Em 1918, a tipografia do jornal foi comprada pelo comerciante Augusto Lopes da Silva; em 1925, passou ao controle de Victor Konder. Em 1945, Moacyr Iguatemi da Silveira (pai do ex-governador Luiz Henrique da Silveira), assumiu o jornal. Em sua administração, o jornal apoiou ostensivamente o PSD (Partido Social Democrático). Dois anos depois, em 1947, o periódico é adquirido pelo governador eleito Aderbal Ramos da Silva. Pereira afirma que a partir de então o jornal desvincula-se de relações partidárias e iria atingir seu auge na década de 1970²⁹.

Os anos 1980 foram marcados pela mídia catarinense como um período onde acontece a definitiva profissionalização da imprensa. Segundo Pereira, o amadorismo na área foi sendo superado com a implantação do curso de Jornalismo na UFSC, o movimento de oposição sindical, eliminação da vinculação político-partidária ostensiva, a concorrência entre mais veículos de comunicação, aperfeiçoamento de profissionais, a abertura política e redemocratização do país³⁰. É neste contexto que nos debruçaremos e analisaremos as matérias remetidas às ocupações de terras.

Além do CEOM, foi visitada a sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na cidade de Chapecó. Lá me foram fornecidos mapas do assentamento 25 de Maio e o decreto de desapropriação das terras.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro será abordado o debate sobre a questão da agrária em âmbito nacional, o debate em torno da reforma agrária, a modernização agrícola e parte da legislação de terras, desde as sesmarias ao Estatuto da Terra (1964). Em seguida, é contextualizada a evolução fundiária do oeste catarinense e as tramas político-sociais envolvidas em sua história.

No segundo capítulo será trabalhado com a organização camponesa por setores

Edições, 1992, p. 91-92.

²⁸ Ibidem, p. 92.

²⁹ Ibidem, p. 118-119.

³⁰ Ibidem, p. 80.

da Igreja Católica e Protestante: suas motivações, seus métodos e resultados; o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a formação política de religiosos influenciados pela Teologia da Libertação. Em seguida, trabalharemos com a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, os encontros estaduais e as motivações dos camponeses sem-terra em assumir para si o controle da luta pela terra independentemente da Igreja.

No capítulo três, adentraremos no estudo do caso específico da ocupação de terras em Abelardo Luz no ano de 1985: primeiro sobre a fundação do município, a economia e aspectos geográficos, e em seguida, a entrada do MST na cena política da região. A partir disto, problematizam-se os preparativos do movimento no dia anterior às ocupações, a viagem até as fazendas, o acampamento e o processo de assentamentos das famílias ocupantes.

2. CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO

Este capítulo está dividido em duas partes: na primeira serão abordadas algumas das discussões sobre a questão agrária realizadas nas décadas de 1960 e 1970 visando apresentar diferentes pontos de vista que envolve o social, o político e o econômico brasileiro; na segunda abordaremos a evolução fundiária do oeste de Santa Catarina destacando os conflitos sociais que envolveram a terra e os trabalhadores rurais.

2.1 A Questão Agrária Brasileira

O Brasil teve como modelo produtivo, quando colônia (1500-1822), o que estudiosos brasileiros chamaram de *plantation*³¹. As unidades produtivas estabelecidas sob este modelo tinham como característica a plantação em grandes fazendas de área contínua e a monocultura para o abastecimento da metrópole portuguesa e do mercado externo. A mão de obra empregada nestas plantações era escrava e a terra era de propriedade exclusiva da Coroa portuguesa. Todavia, objetivando o aumento do investimento capitalista no território, os portugueses implantaram a concessão de uso de terras com direito hereditário³², transformando a dinâmica social da colônia por excluir homens livres e pobres do sistema produtivo agrário. Este regime, conhecido como sesmarias³³, privilegiou, portanto, aqueles que estavam integrados no sistema agroexportador e afastou uma parcela significativa da população que, para sobreviver, vagueava pelo território e ocupava terras inóspitas que poderiam ser requisitadas pela grande propriedade. Conforme Poli:

A apropriação privada de grandes áreas pelo regime de sesmarias provocou, ao mesmo tempo, a impossibilidade de acesso direto à terra por essa população livre e pobre e a facilidade de concessão de terras por parte dos proprietários, para o trabalho de terceiros, devido às grandes áreas ociosas do interior das suas propriedades. Isso deu origem aos agregados, aos “moradores de favor” e mesmo aos posseiros, com pouco ou nenhum contato com o mercado. Esses homens livres e pobres não conheceram o trabalho forçado nem a proletarização³⁴.

Para Poli, esta massa de homens livres e pobres constituiu o nascimento do

³¹ Palavra de origem inglesa empregada por historiadores e sociólogos brasileiros para caracterizar o modelo de produção colonial brasileiro. Produzia-se cacau, cana de açúcar, algodão, entre outros.

³² “O critério fundamental para a seleção dos eleitos pela ‘concessão de uso’ das terras era – muito além do que simples favores a fidalgos próximos – a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir na colônia mercadorias a serem exportadas para o mercado europeu”. (Stédile, 2011, p. 22).

³³ Concessão de terras de direito hereditário empregado pela Coroa portuguesa visando colonizar o território brasileiro.

³⁴ Poli, 2008, p. 22.

campesinato brasileiro. Contudo, também emerge sobre ele uma visão depreciativa nas diferentes regiões do território nacional, tais como as denominações “caipira”, “caiçara”, “tabaréu”, “caboclo” e etc., que referiam-se àqueles cuja moradia era estabelecida longe das povoações e da grande produção sendo, por isso, ingênuos, atrasados e ignorantes³⁵.

A sesmaria, no entanto, não constituía uma propriedade privada no sentido capitalista. Na primeira metade do século XIX o Brasil foi pressionado pela Inglaterra para abandonar o seu sistema escravagista e estabelecer o trabalho livre e assalariado, baseado no pensamento liberal do Velho Mundo. Para Stédile, a medida encontrada pelo império brasileiro para evitar uma crise de propriedade da terra com uma possível abolição foi a promulgação da Lei de Terras³⁶ em 1850.

Para o campesinato nascente³⁷ a Lei de Terras implicou na impossibilidade de acessar a terra por meio da posse e os forçou a empregarem sua mão de obra nas grandes propriedades para poder juntar a quantia necessária para aquisição de um lote de terra, já que, através da Lei, o estado transformara terras devolutas em seu monopólio. De acordo com Poli, foi essa a situação encontrada pelos imigrantes europeus quando chegaram ao território brasileiro no final do século XIX e início do XX: as colônias em que se instalaram não foram suficientes para romper com a lógica da concentração fundiária, pois as terras concedidas para tal não interessavam para o latifúndio (por conta da localização, do relevo e etc.)³⁸.

A Lei de Terras, continua Poli, foi um marco histórico para o campesinato³⁹. Com a terra convertida em mercadoria, ficava nítida a diferença entre o fazendeiro e o camponês. Os pequenos proprietários ficaram responsáveis pelo abastecimento de gêneros alimentícios para o mercado interno enquanto a grande propriedade produzia para a exportação.

A partir de 1930, embora a “revolução” comandada por Getúlio Vargas tenha rompido com a política econômica agroexportadora vigente até então e a tenha substituído pelo modelo de industrialização dependente, os poderes regionais de grandes

³⁵ Ibidem, p. 22.

³⁶ Lei nº 601. Estabeleceu o fim das sesmarias e transação de terras apenas por meio de compra e venda.

³⁷ Para Stédile e Graziano, o campesinato como classe surge apenas na década de 1930. Todavia, consideramos aqui que a massa de homens livres e pobres afastados da grande produção já conformavam um pequeno campesinato no Brasil antes da “Revolução de 30”, como também o considera Poli (2008).

³⁸ Poli, 2008, p. 29.

³⁹ O campesinato, para Stédile (2011, p. 26-27), tem sua formação em duas vertentes: a primeira foi a chegada de 2 milhões de camponeses pobres da Europa para trabalhar nas regiões Sul e Sudeste brasileiro. A segunda foi a de populações mestiças espalhadas pelo território, que não eram escravos e nem proprietários.

coronéis não foi alterado⁴⁰. Contra aqueles que se opunham ao modelo varguista (contrariados com a política centralizadora do poder), o estado aliou-se aos rivais de mandões locais para assegurar a viabilidade da política de substituição de importações. Para o camponês pobre não é possível falar em uma melhora substancial da vida, já que a estrutura agrária mantinha-se inalterada. Todavia, em termos de direitos e benefícios, o governo de Vargas aproximou-se da população e esvaziou o poder personalista praticado por potentados locais⁴¹.

O longo processo de industrialização brasileiro contou com o campo para seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, fornecendo mão de obra barata e não-especializada às cidades, através dos filhos de camponeses que pelos mais diversos motivos (precariedade do minifúndio e baixa renda, por exemplo) migram para a cidade em busca de novas oportunidades (ou seja, ocasionando o êxodo rural). Em segundo lugar, no nível da grande produção, exportando produtos e gerando divisas para o Estado consolidar a substituição de importações. Em terceiro lugar, no fornecimento, pelos pequenos produtores, de alimentos para cidade a custo baixo e possibilitando que o industrial da cidade pudesse pagar menores salários⁴². A relação entre agricultura e indústria foi, então, de complementaridade.

Em outras palavras, o Estado tratava de manter a produtividade agrária protegendo-a de possíveis perdas (como a compra do excedente e etc.), ao mesmo tempo em que esta garantia o fornecimento de matérias-primas para que a indústria mantivesse a produção para alimentar o mercado interno e proteger a economia nacional das retaliações da depressão gerada a partir da queda da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. Além disso, foi necessário manter a produção agrária “atrasada”, escoando a mão de obra não empregada no campo para a cidade, causando uma grande demanda de braços nos centros urbanos que diminuiu os salários e aumentou a taxa de lucros neste setor, podendo, assim, desenvolver-se melhor. Neste sentido, Marini afirma que:

Em conseqüência, uma reforma agrária não teria feito mais que transtornar esse mecanismo, sendo inclusive suscetível a provocar o colapso de todo o sistema agrário, o que teria liquidado o mercado para a produção industrial e engendrando o desemprego massivo no campo e na cidade, desencadeando, assim, uma crise global na economia

⁴⁰ HASS, M. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo de poder local - 1945-1965. Chapecó: Argos, 2001, p. 93-94.

⁴¹ GOMES, A. C. **A invenção do trabalhismo**. RJ: Vértice, 1988, p. 246-254.

⁴² Stédile, 2011, p. 29-30.

brasileira⁴³.

O campo brasileiro foi por muito tempo (e em muitos casos ainda é) considerado como uma área que, desenvolvendo-se sócio e tecnologicamente, desaparecerá ou se transformará a ponto de não reconhecer-se mais como efetivamente é. O camponês migraria para a cidade e venderia sua força de trabalho, terminando com um sistema de subjugação (quando peão ou arrendatário) e de miséria ocasionada pela baixa produção (quando pequeno proprietário de terras). Restaria, portanto, o grande produtor que, responsável por grande parcela da exportação nacional, geraria riquezas para o país.

Contudo, o avanço da grande propriedade e deste modelo de desenvolvimento no campo não aconteceu sem resistência. Conforme Graziano⁴⁴, a questão agrária brasileira⁴⁵ apareceria como um fator elementar nos anos 1930 com o processo de industrialização, agravando-se a partir da década de 1950 até o golpe de 1964. Com a perseguição de líderes camponeses e demais opositores políticos, houve um refluxo no movimento de luta pela terra que empreendeu diversas ações pelo país até então através do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra, apoiado por Leonel Brizola⁴⁶), da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e das Ligas Camponesas⁴⁷.

O debate em torno da questão agrária, no entanto, era algo novo. O próprio desenvolvimento científico brasileiro demorou a apresentar-se e as universidades públicas só seriam estabelecidas no país após a Semana de Arte Moderna de 1922, evento evidenciado pela necessidade sentida por artistas e intelectuais de um pensamento nacional no campo da arte, da cultura e da ciência. A questão agrária foi pauta dos debates acadêmicos na década de 1960 impulsionada pela demanda de partidos e políticos pelo estudo sociológico do campo e do campesinato⁴⁸.

⁴³ MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012, p.138-139.

⁴⁴ SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 10a ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁴⁵ “[...] a questão agrária esta ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas da produção: como se produz, de que forma se produz”. Ela difere-se da questão agrícola por não tratar de questões referentes ao local da produção, a quantidade da produção e o que se produz (Graziano, 1985, p. 11). Para João Pedro Stédile, “na História, o termo ‘questão agrária’ é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra”. STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 15.

⁴⁶ Nascido em 1922 no Rio Grande do Sul, Brizola foi eleito governador por dois estados diferentes (RS e RJ). Foi o líder do Grupo dos 11, fundador do PDT e perseguido na ditadura civil-militar (1964-85).

⁴⁷ As Ligas Camponesas surgiram em Pernambuco no ano de 1954. Foi uma organização de arrendatários ameaçados de expulsão de suas terras. O movimento cresceu a partir do apoio do então deputado estadual Francisco Julião, do Partido Socialista.

⁴⁸ Stédile, 2011, p. 16.

Diante do golpe civil-militar de 1964, o movimento camponês organizado não esboçou reação. Para Panini,

Ocorre que as lideranças orientadoras das mesmas não emergem dos próprios trabalhadores. Assim, por exemplo, o MASTER é dirigido por determinados políticos do PTB, ligados a Leonel Brizola, as ligas camponesas atuam sob a orientação política do advogado e deputado Francisco Julião, os sindicatos são direcionados pelo PCB ou pela Igreja. Assim, com a prisão, exílio ou extermínio das lideranças, os movimentos ficam desorientados e se esfacelam⁴⁹.

O governo militar, todavia, esforçou-se na elaboração de uma política para tratar dos problemas do campo. O Estatuto da Terra⁵⁰ visava o desenvolvimento rural em conformidade com o ritmo de industrialização do país. Embora concebido como uma ferramenta que possibilitaria a reforma agrária, o Estatuto foi pouco eficaz neste sentido, não passando de uma legislação conservadora⁵¹ consultada pelo governo nos momentos de resolução de impasses no campo. Conforme Martins:

O Estatuto surgiu, tudo indica, menos para resolver os problemas do capital, isto é, problemas de ordem econômica do capital, problemas de mercado ou coisas desse tipo, e mais como resultado da interpretação exagerada que os militares faziam das lutas no campo, achando que deviam possuir nas mãos um instrumento que permitisse esvaziar essas lutas⁵².

O regime militar considerava, além disso, que a convulsão social de trabalhadores rurais não era deflagrada pela atitude espontânea da classe, mas por elementos subversivos infiltrados e ligados a interesses políticos “estranhos”.

No debate dos anos 1960, é importante destacar, também, a leitura conjuntural adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) neste período. Apoiado nas diretrizes de Moscou, o PCB sustentava que a revolução socialista só seria possível quando houvesse no país um capitalismo pleno, desenvolvido. O Brasil, além de país subdesenvolvido, ainda conviveria com resquícios feudais na sua produção e estrutura social, sendo, portanto, “pré-capitalista”. O objetivo do PCB era aliar-se à burguesia e

⁴⁹ PANINI, C. **Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei: 500 anos de história inacabada**. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 66.

⁵⁰ Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 sancionada pelo General Castelo Branco. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acessado em 09 de maio de 2014.

⁵¹ De acordo com Panini (1990) e José de Souza Martins (1986), o Estatuto da Terra foi escrito baseado em um decálogo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) como resultado da Conferência da OEA, em Punta del Este, no ano de 1960. O IPES, juntamente ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), foram órgãos empenhados na desestabilização do governo João Goulart a partir de 1962 através da propaganda e da agitação política. O decálogo encontra-se no Anexo 1 ao final do texto.

⁵² MARTINS, J. S. **A reforma agrária e os limites da democracia na nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 61.

promover antes a etapa do capitalismo para, a partir daí, construir o socialismo. É o caso de autores como Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré⁵³, Celso Furtado⁵⁴, Paul Singer⁵⁵ e Paulo Schilling⁵⁶.

Esta interpretação foi contestada entre as próprias fileiras marxistas na década 1960 e 1970. Caio Prado Jr.⁵⁷, André Gunder Frank⁵⁸ e Ruy Mauro Marini⁵⁹, para citar alguns, empenharam-se na desconstrução desta tese. Para estes autores, embora certas relações de trabalho tivessem semelhanças com o feudalismo europeu, elas não passavam de relações de assalariamento travestidas de relações de servidão, sendo parte constitutiva do capitalismo dependente brasileiro⁶⁰.

Para Martins, todavia, nenhuma das prerrogativas responde satisfatoriamente ao caso brasileiro, pois, para ele, o emprego do feudalismo como parte da estrutura agrária no país é uma “violação do conhecimento”⁶¹ que temos sobre o feudalismo e que, do outro lado, o capitalismo foi tomado como resposta de forma precipitada (como se a exclusão do feudalismo já pressupunha o capitalismo). Para que houvesse capitalismo, segundo Martins, o trabalho deveria ser livre, mas constatou-se o contrário na sua pesquisa sobre o regime de colonato nas fazendas de café de São Paulo.

O que apresento aqui é importante para situar as análises conjunturais e estratégias de luta empreendidas a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980 pelo movimento camponês organizado, conforme o regime militar aliviava e promovia a abertura política.

Apesar de existir consenso na historiografia em relação ao apoio da Igreja Católica ao golpe militar de 1964, ligados a grupos civis conservadores (a exemplo da Marcha da Família com Deus pela Liberdade), se faz necessário chamar à atenção para

⁵³ Ambos membros do PCB.

⁵⁴ Economista, dirigiu a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e presidiu a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), base do plano de metas do governo Juscelino Kubistchek.

⁵⁵ Economista, participou da CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e foi Secretário Municipal de Planejamento de São Paulo em 1988.

⁵⁶ Schilling foi membro do PCB, mas após a crise do stalinismo juntou-se a ala à esquerda do PTB. Os debates de Sodré, Guimarães e Schilling podem ser lidos em Stédile (2011) e as de Furtado e Singer em FRANK, A. G. **Capitalismo y subdesarrollo en America Latina**. 5. ed. Mexico: Siglo Veintiuno, 1978, p. 221-225.

⁵⁷ Historiador brasileiro, foi eleito como terceiro suplente de deputado estadual em 1945 pelo PCB e é responsável por uma vasta literatura sobre economia, política e sociedade brasileira.

⁵⁸ Economista e sociólogo alemão, foi um dos pioneiros no estudo da Teoria Marxista da Dependência ao lado de Theotônio dos Santos, Vânia Bambera e Ruy Mauro Marini.

⁵⁹ Economista brasileiro, um dos formuladores da Teoria Marxista da Dependência.

⁶⁰ PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1987, p. 65-67; Frank, 1978, p. 234-235; e Marini, 2012, p. 138 e 207.

⁶¹ MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 3a ed. São Paulo: HUCITEC, 1986, p. 11.

setores religiosos que não eram coniventes com a situação. Um grupo de freis dominicanos⁶², por exemplo, empenhou-se na luta contra a ditadura, integrando-se a ALN⁶³ de Carlos Marighella. A atuação dos religiosos se dava no auxílio de fuga ou entrada de procurados e clandestinos do país na fronteira com o Uruguai.

Stédile afirma que o apoio que a Igreja daria aos camponeses entre o final da década de 1970 e início dos 80 seria uma autocrítica do clero em relação a seu apoio aos militares⁶⁴. Todavia, é necessário considerar setores do mesmo clero que já desempenhavam o papel de formação de lideranças camponesas no início dos anos 1960 e que, posteriormente, muitos deram suas vidas no combate à ditadura⁶⁵. No próximo capítulo aprofundaremos o tema do engajamento da Igreja com a organização dos camponeses.

O apanhado realizado aqui teve por objetivo apresentar parte da discussão sobre a questão agrária que se fazia no Brasil no momento da gestação e fundação do MST e situar o leitor no debate que influenciou lideranças sem-terra e intelectuais do período. Antes de aprofundarmos a formação dos trabalhadores rurais sem-terra, porém, adentraremos na história do território onde se delimita o oeste catarinense.

2.2 Evolução Fundiária do Oeste Catarinense

O oeste de Santa Catarina foi habitado originalmente pela etnia indígena Kaingang⁶⁶. A partir de 1917, as companhias colonizadoras⁶⁷ foram responsáveis pela “povoação” da região com imigrantes gaúchos de descendência italiana e alemã. Estabeleceu-se a monocultura na região com base na agricultura familiar⁶⁸.

⁶² Entre os dominicanos de maior destaque estão Frei Betto e Frei Tito (que cometeu suicídio na França após sofrer severas torturas no Brasil).

⁶³ Aliança Libertadora Nacional, grupo clandestino da esquerda armada que agia na resistência e combate à ditadura.

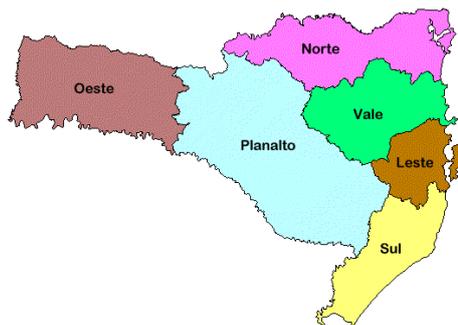
⁶⁴ STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 19-20.

⁶⁵ Poli, 2008, p. 51; e ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 5. ed. Petropolis: Vozes, 1985, p. 147-154.

⁶⁶ “[...] segundo vestígios arqueológicos, encontrados na bacia do Rio Uruguai o grupo teria chegado na região, por volta de 5.500 a. C: habitavam o território limitando-se com as fronteiras da Argentina e dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Eram 14.071 quilômetros quadrados. Atualmente, este território está subdividido em 118 municípios”. (PAIM, E. A. Aspectos da Constituição Histórica do Oeste de Santa Catarina. In: **Revista Saeculum**. v. 14. João Pessoa: UFPB, 2006, p. 125).

⁶⁷ Estratégia da Primeira República para colonização das terras tidas como “inóspitas” e “despovoadas” do oeste catarinense. Caboclos e indígenas não foram considerados na categoria “povo” e tiveram suas terras subtraídas.

⁶⁸ Paim, 2006, p.121-138.



Regiões de Santa Catarina. (Imagem extraída do sítio eletrônico Info Escola, disponível em <http://goo.gl/P3jLj4> Acesso em 16 de maio 2014).

A região oeste catarinense foi objeto de intensas disputas. No período colonial, foi reivindicada por Portugal e Espanha⁶⁹; no início da República brasileira (1890-95), foi disputada por Brasil e Argentina numa contenda que ficou conhecida como Questão de Palmas (Questão de Misiones, para os argentinos). A Argentina baseava-se no Tratado de Santo Idelfonso para reivindicar terras do atual oeste catarinense, e o fez com o então Ministro do Exterior, Bernardo Yrigoyen, no ano de 1876. O império brasileiro decidiu firmar-se na região e criou a Colônia Militar do Chapecó, em 1882, onde hoje é o município de Xanxerê. Embora a colônia tenha fracassado no objetivo de povoar a região devido a sua localização de difícil acesso, a monarquia brasileira venceu a contenda. Em 1895, tendo o presidente dos EUA Grover Cleveland como mediador, estabeleceu-se ganho de causa para os brasileiros baseado no princípio do “Ut-possidetis”⁷⁰.

Depois de delimitadas as fronteiras nacionais, a região do planalto e oeste catarinense foram palco de disputa territorial entre Santa Catarina e Paraná, na Guerra do Contestado (1912-1916). O acordo do governo Imperial e, após 1889, do governo Republicano brasileiro com a empresa ferroviária Brazil Railway estipulava a concessão de 15 km de terras para cada lado da ferrovia⁷¹. Estas terras seriam colonizadas por uma subsidiária da Brazil Railway, a Southern Brazil Lumber and Colonization, que se

⁶⁹ “Portugal não aceitou as Bulas papais de Alexandre VI, formulados em 1493, que favoreciam a Espanha em relação ‘às descobertas’ feitas pelos dois países e passou resolver suas divergências territoriais negociando diretamente com a Espanha. Desta diplomacia resultou o Tratado de Tordesilhas. O acordo, assinado em 7 de junho de 1494, dividia entre as duas potências as ‘terras descobertas e bem como as eventuais descobertas’. A linha divisória passaria a 370 léguas a Oeste do Arquipélago de Cabo Verde. As terras a oeste pertenceriam a Espanha e a leste da linha da Tordesilhas a Portugal”. WERLANG, A. A. **A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense**: atuação da Cia territorial sul Brasil: 1925 a 1954. 1992. xi, 223f. Dissertação (Mestrado) - UFSC, CFH, p. 9.

⁷⁰ Werlang, 1992, p. 11-14.

⁷¹ A ferrovia ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. Cortava Santa Catarina pelo Vale do Rio do Peixe. MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004, p. 143.

concentrou na exploração da madeira. Em seguida, comercializava as terras com imigrantes europeus. Na margem da ferrovia havia caboclos posseiros que foram sumariamente expulsos de suas terras, levando muitos deles a unirem-se nos redutos de “rebeldes” da Guerra do Contestado. Outros apenas migraram mais para o oeste do Estado em busca de terras devolutas para recomeçar a vida⁷².

De acordo com Monica Hass, o estipulado entre a subsidiária e a União era a colonização das terras no prazo de 15 anos. Como não havia intenção da Lumber em colonizar estas terras, a subsidiária fez o repasse de suas concessões e obrigações a outras companhias colonizadoras⁷³.

Com a resolução do impasse interestadual, em 1917, a região incorporada por Santa Catarina dividiu-se em quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro (atualmente Joaçaba) e Chapecó⁷⁴.

O controle das companhias colonizadoras sobre a terra gerou conflito com antigos posseiros, indígenas e caboclos que habitavam a região.

As concessões de terras [...] foram feitas sem levar em conta os direitos dos posseiros. O Estado não se preocupava com eles, pois sua produção era insignificante e não contribuía com impostos. De antigos ocupantes da região passaram a intrusos já que não se encaixavam com o novo sistema que se instalava. Por muitas vezes também fez-se o uso da violência para resolver questões de terras, uma vez que a região foi disputada por indígenas, caboclos e brancos⁷⁵.

Além da presença de posseiros, o governo catarinense teve de respeitar a concessão de terras realizadas pelo estado paranaense na região antes da resolução do conflito do Contestado (1916)⁷⁶. Todavia, conforme Werlang, o governo do Paraná não cessou a concessão de terras mesmo após o acordo sobre os limites estaduais, expedindo 95 títulos em 1917, a maioria delas em território catarinense.

Para normalizar as concessões feitas pelo Paraná, o governo catarinense editou a lei número 1181 de 4 de dezembro de 1917, cujo artigo primeiro dizia: "que todos os possuidores de terras com títulos

⁷² Monica Hass afirma a este respeito que a subsidiária da Brazil Railway recebeu terras no extremo-oeste em troca das que já estavam ocupadas. Esta hipótese não é desconsiderada, mas também será trabalhado com a perspectiva de Paulo Pinheiro Machado, para quem os camponeses foram expulsos sem direito à defesa. A Lumber valeu-se de um forte contingente armado, da cooptação de lideranças políticas e de um violento processo de grilagem (Machado, 2004, p. 148).

⁷³ Entre as principais companhias colonizadoras atuantes no oeste catarinense estão: Chapecó-Pepery Ltda (Mondaí), Volksverein (Itapiranga), Cia. Territorial Sul Brasil (Palmitos e São Carlos), Empresa Ernesto F. Bertaso (Chapecó), Barth, Benetti e Cia. (Vila Oeste, São Miguel d'Oeste), Empresa Colonizadora Industrial Saudades (São Lourenço do Oeste) e Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi (Xaxim). (Hass, 2001, p. 60-61).

⁷⁴ Ibidem, p. 59.

⁷⁵ Ibidem, p. 63.

⁷⁶ Werlang, 1992, p. 21.

expedidos pelo Paraná, na zona contestada, ficam obrigados a registrá-los, no prazo de 2 anos, a contar a primeiro de janeiro de 1918". O objetivo deste ato era legalizar as terras concedidas pelo Paraná feitas antes do acordo, bem como anular as concessões posteriores⁷⁷.

Não obstante a irregularidade das concessões paranaenses, o governo catarinense editou outra lei, desta vez visando regularizar as concessões realizadas pela Colônia Militar Chapecó. A lei nº 1.511 de 26 de outubro de 1925 autorizava a regularização de lotes mediante apresentação de documentação expedida pelo diretor da Colônia e os referentes à medição e demarcação da área⁷⁸.

Para os posseiros não restava alternativa que não fosse a compra de um lote de terra das Companhias Colonizadoras. A maioria das terras inabitadas da região já estava concedida ou, quando devolutas, tinham o pedido negado pelo Estado. No decreto nº 21 de 5 março de 1925, visando a proteção e viabilização da ação das Companhias, o governo catarinense estabeleceu um prazo de 10 meses para a regularização de “posses criminosas”. Quem não o fizesse seria despejado e perderia suas benfeitorias⁷⁹.

A região oeste catarinense conviveu com tensões políticas e sociais no campo quando a indústria, de forma incipiente, começava a aparecer nos maiores municípios. Em uma região dominada por práticas coronelistas⁸⁰ herdadas da Primeira República, os desmandos de grupos políticos e econômicos mais poderosos são visíveis através da manutenção de práticas violentas na resolução de impasses.

No Estado Novo (a partir de 1937), o oeste catarinense ganhou importância no projeto nacionalista de Getúlio Vargas. A Marcha para o Oeste visava levar o Estado para regiões até então desconhecidas do governo. Esse projeto intensificou-se com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando Vargas dedica especial interesse nas regiões de fronteira. Para tanto, o governo cria, por intermédio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o Território Federal do Iguacu. Esse Território – que abrangia o oeste paranaense além do oeste catarinense – pretendia afirmar a presença do Estado com investimentos na infraestrutura e serviços básicos na região. Como dito, essa foi a estratégia do projeto nacionalista, uma vez que a fronteira com Argentina e Paraguai, na região de exploração da erva-mate, fazia com que o trânsito de

⁷⁷ Ibidem, p. 25.

⁷⁸ Ibidem, p. 25.

⁷⁹ Ibidem, p. 27.

⁸⁰ Para José Murilo de Carvalho (1998), o coronelismo é um sistema político datado da Primeira República. No entanto, trabalharemos com a concepção de Victor Nunes Leal, para quem o coronelismo começa antes da Primeira República e subsiste em algumas regiões para além da “Revolução de 30” (Leal, apud Machado, 2004, p. 117, 118).

estrangeiros pela região fosse intenso, acarretando o uso da língua castelhana e de moeda estrangeira em solo brasileiro⁸¹. Com o fim da Guerra, o Território extinguiu-se em 1946, e os estados de Santa Catarina e Paraná tiveram seus territórios restabelecidos.



BRASIL - Divisão Político-Administrativa em 1943

Divisão Político-administrativa do Brasil, 1943 (Imagem extraída de Wikipedia: <http://goo.gl/Ofeodv> Acesso em 23 Set. 2013)

A partir da década de 1940, o oeste de Santa Catarina recebeu grande fluxo de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. As principais razões da evasão de camponeses do estado vizinho foram o esgotamento do solo, o relevo e a carência de terras, visto que nos minifúndios a repartição dos lotes entre vários filhos passou a ser inviável. Com a chegada destas famílias gaúchas, a economia da região recebe um novo alento para o desenvolvimento da indústria e do comércio locais⁸². A abertura de mercado para a comercialização de suínos com São Paulo e Rio de Janeiro através do transporte ferroviário foi “o grande fator de equilíbrio e reprodução das unidades camponesas de produção”⁸³.

O desenvolvimento tecnológico na agricultura contribuiu significativamente para o problema do êxodo rural e dos fluxos migratórios. Pequenos proprietários não tinham condições de financiar maquinários modernos e, quando podiam, o faziam sob risco de perder a propriedade já que dependiam de boas colheitas para a geração de capital, o que nem sempre acontecia devido a fenômenos climáticos, aparecimento pragas e etc. que comprometiam a plantação.

A partir de 1950 a mecanização da lavoura gaúcha passou a contribuir

⁸¹ LOPES, S. Raízes do Movimento Pró-Criação do “Estado do Iguçu”. **III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, 2004. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2020.pdf>. Acessado em 09 de maio de 2014.

⁸² Hass, 2001, p. 112; e Werlang, 1992, p. 97.

⁸³ Poli, 2008, p. 62.

significativamente para aumentar a emigração, ao liberar mão de obra, absorvida num primeiro momento por Santa Catarina, seguida do Paraná e Mato Grosso. O maior fluxo populacional da imigração gaúcha se deu de 1920 a 1960, quando passou a atingir outros estados brasileiros. Neste período, a diferença entre o crescimento percentual da população dos dois estados deve-se a este fluxo migratório. Enquanto que o Rio Grande do Sul teve um crescimento de 145%, Santa Catarina chegou a 216%⁸⁴.

A situação do campo no oeste catarinense agravou-se com o fechamento da fronteira agrícola, na década de 1970. Aventurar-se como posseiro já não era uma alternativa viável para os camponeses. De acordo com Paulilo (1996),

[...] a inquietação dos agricultores tem poucos canais de expansão. A estratégia tradicional de locomoção não pode mais ser posta em prática dado o fechamento da fronteira agrícola. Trabalhar na cidade, se foi uma alternativa na época do “milagre econômico” brasileiro, início da década de 70, não continuou sendo nos períodos de recessão que se seguiram. Reivindicar terra é perigoso e as perspectivas de êxito são pequenas. Tentar ser um “produtor tecnificado” é inviável. A situação é de impasse⁸⁵.

Paulilo adverte, ainda, sobre o número de indigentes nesse contexto. Baseando-se em dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a autora afirma que em 1990 o oeste catarinense apresentava “664.375 indigentes [...], dos quais 433.831 estavam nos campos. Isso significa que 15% da população total e 24% da rural estavam nesta condição”⁸⁶.

Quando a mecanização chegou ao oeste de Santa Catarina, a economia da região era baseada na produção de gêneros alimentícios, principalmente a suinocultura e a avicultura, com base na agricultura familiar. E foi na criação de suínos e no endividamento dos camponeses que se configurou uma crise da economia camponesa tradicional. De acordo com Poli, acordos firmados com o setor bancário ofereciam facilidades no financiamento, como o juro fixo. No entanto:

A esses estímulos correspondeu um aumento nas exigências de qualidade dos produtos e das expectativas de produtividade, inviabilizando a continuidade das formas tradicionais de produção. Além disso, a utilização de insumos industrializados, não produzidos na própria propriedade, aumentou os custos de produção ao mesmo tempo em que os preços experimentaram uma tendência de queda⁸⁷.

Apesar dos estímulos oferecidos para a modernização da propriedade, os

⁸⁴ Werlang, 1992, p. 99.

⁸⁵ PAULILO, M. I. S. *Terra à vista... e ao longe*. Florianópolis: Ed. da UFSC: 1996, p. 128.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 117.

⁸⁷ Poli, 2008, p. 63.

camponeses não conseguiram acompanhar a produtividade de outros produtores no mercado. Com a utilização de insumos industrializados o camponês acelerava a produção, mas encarecia o processo ao mesmo tempo em que o preço do suíno oscilava e apresentava períodos contínuos de queda.

A crise da suinocultura tradicional atingiu seu apogeu com o episódio da Peste Suína Africana. Conforme Poli, após a morte de alguns suínos que se alimentavam de restos de comidas de um aeroporto, espalhou-se na mídia e entre os camponeses a existência de uma peste que ameaçaria se espalhar por todo o país. Depois de supostamente identificada em várias propriedades, a peste começou a ser combatida no oeste catarinense. Por determinação do governo, ao se suspeitar da existência de contaminação, era destacado um pelotão do exército para dizimar os suínos contaminados. Abria-se uma vala com retro-escavadeira e se queimavam porcos dentro da propriedade. O primeiro caso de extermínio aconteceu em 1978 na Linha São João, em Xanxerê, e estima-se que tenham ocorrido mais dez casos parecidos na região. De acordo com Poli, os camponeses atingidos e líderes comunitários e de movimentos sociais ligados a Igreja afirmam que a peste nunca foi comprovada. Afirmam ter escondido suínos que estariam contaminados com o suposto vírus antes de serem executados e que, posteriormente, não apresentavam qualquer doença. Além disso, as execuções próximas a rios que banhavam outras propriedades também seriam contaminadas, uma vez que o sangue e a gordura dos suínos escoariam para as águas.

A diocese de Chapecó organizou-se através de dois agentes (um ligado à Comissão Pastoral da Terra e outro ao Conselho Indigenista Missionário) para acompanhar os casos de contaminação. Passaram, então, a assessorar os camponeses atingidos e organizá-los para exigir maiores esclarecimentos sobre a contaminação na propriedade e, se fosse necessário, protestar e resistir às execuções. Embora não haja maiores esclarecimentos, concluiu-se que a peste se tratava de um meio forçado para terminar com a criação tradicional de suínos e implantar o sistema integrado com a grande indústria⁸⁸.

Para a produção camponesa regional, mesmo havendo cessado, o episódio da Peste Suína Africana teve consequências profundas no contexto da crise da economia camponesa tradicional. O fechamento das exportações durante um longo período e a diminuição do consumo de carne suína no mercado nacional reduziram drasticamente o mercado desse produto, e os preços despencaram. [...]. Os prejuízos foram enormes, e grande parte dos camponeses abandonou a produção de

⁸⁸ (Paim, 2006, p. 131).

suínos. Estimativas divulgadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais da região dão conta de que, dos mais de 80 mil criadores independentes que havia na região, restaram menos de 20 mil⁸⁹.

Em outubro de 1979, reuniram-se no município de Chapecó cerca de 20 mil agricultores para protestar contra o que chamaram de “Farsa da Peste Suína Africana”. Para a época foi uma mobilização expressiva, tratando-se de um município do interior catarinense e da política nacional vigente, a ditadura militar. Após este protesto, nenhum outro caso da peste foi identificado, reforçando a tese da farsa.

Para Polí, esta manifestação foi importante para o desencadeamento de um processo de mobilização dos agricultores que culminaria com a organização dos principais movimentos sociais no oeste catarinense: o Movimento de Oposições Sindicais, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MMA (Movimento das Mulheres Agricultoras) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Criavam-se, assim, as bases para a organização camponesa na região: a mobilização da Igreja Católica e a Igreja de Confissão Luterana inauguraram uma nova fase de luta dos camponeses do oeste catarinense. Inspirada na Teologia da Libertação, a Igreja Católica fundou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Brasil e instalou-se no oeste catarinense no final da década de 1970 organizando grupos de reflexão e discussão das condições enfrentadas pelos agricultores pobres. Com ensinamentos religiosos de justiça social, católicos e luteranos formariam um grande contingente de trabalhadores rurais que mais tarde se organizariam autonomamente em movimentos sociais. No próximo capítulo abordaremos o caso da formação dos trabalhadores sem-terra e a fundação do MST.

⁸⁹ Ibidem, p. 69.

3. CAPÍTULO 2 – A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA

Neste capítulo serão analisadas as formações de base da Igreja no meio rural que culminou com a organização de movimentos sociais no oeste catarinense entre o final da década de 1970 e metade da década de 1980, focando na formação do MST e na memória de camponeses que vivenciaram o período.

3.1 A CPT e a Formação das Bases

Antes de fundado o MST, foi fundamental a participação de setores da Igreja Católica e da Igreja de Confissão Luterana para a formação e conscientização dos camponeses. Setores católicos, influenciados pela Teologia da Libertação⁹⁰, organizaram-se em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁹¹ com o intuito de conscientizar trabalhadores pobres do meio rural e urbano sobre as condições precárias de vida destes, utilizando sempre a legitimação bíblica para sustentar seu posicionamento.

Na década de 1960 alguns setores da Igreja Católica já defendiam a reforma agrária. Conforme Martins:

Já em 1963, a Igreja, que era uma intransigente defensora da propriedade, da intocabilidade da propriedade, acaba aceitando, num documento pastoral da CNBB, que afinal não era tão mau, que houvesse expropriações territoriais. E até agrega um dado que de certo modo surpreende: essas desapropriações poderiam ser pagas em títulos da dívida pública; não era necessário que fossem pagas em dinheiro⁹².

O endurecimento no combate às ideologias de esquerda pela ditadura militar acabou abafando este posicionamento da Igreja, relegando àqueles que desejavam permanecer na luta pela reforma agrária (assim como contra o próprio governo) a clandestinidade ou a repressão.

É importante destacar que a defesa da reforma agrária não é exclusiva da esquerda. Setores conservadores da União Democrática Nacional (UDN) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), como vimos no capítulo um, também preconizavam a reforma agrária. Todavia, é no modelo de reforma que se encontram as

⁹⁰ Movimento religioso que interpreta os ensinamentos de Jesus Cristo como uma luta contra as injustiças sociais. Nasceu como igreja católica, mas englobou outras religiões mais tarde.

⁹¹ São comunidades locais coordenadas e organizadas por famílias e pela igreja. Visam reunir os fiéis de classes populares para discussões e ensinamentos bíblicos e sociais.

⁹² MARTINS, J. S. **A reforma agrária e os limites da democracia na nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 59.

divergências. Enquanto as esquerdas defendiam a expropriação de terras improdutivas sem indenização aos proprietários, os conservadores defendiam o previsto no art. 141 da Constituição brasileira de 1946, que reconhecia o direito à propriedade e indenização em dinheiro por parte do governo, em caso de expropriação por utilidade pública ou interesse social⁹³.

Na década de 1970 a discussão da reforma agrária na Igreja é retomada em pleno “milagre econômico” do governo de Emílio Garrastazu Médici. A Igreja Católica lança diversas notas e documentos denunciando as consequências do modelo de crescimento empregado pelos militares, que provocaram a pauperização do homem, o subemprego, a expulsão de camponeses e a marginalização. Procurou falar sobre os direitos dos camponeses garantidos por lei, expressos no Estatuto da Terra (1964), e sobre o respeito à propriedade. Apesar de a Igreja aceitar como legítimo o modelo de propriedade da terra vigente antes de 1964, nos anos 1970 reinterpretou esta posição e colocou-se ao lado das reformas sociais. A Igreja, de acordo com Martins, assume o compromisso de “denunciar um processo de desumanização do homem”⁹⁴.

Na Teologia da Libertação, observa-se uma mudança de atitude da Igreja em relação às camadas pobres, sobretudo as do campo. A preferência pelos oprimidos norteou as atividades das CEBs. Para João Pedro Stedile (1999), Coordenador Nacional do MST, esse movimento da Igreja com vistas às classes populares significou uma autocrítica da Igreja por causa de seu apoio ao golpe militar de 1964⁹⁵. Como vimos anteriormente, nem todos os membros da Igreja Católica apoiaram o golpe e existiram setores religiosos comprometidos com a luta clandestina de algumas organizações de esquerda do país.

Do processo de construção e maturação das CEBs, e dos debates eclesiais travados no Concílio Vaticano II e nos Encontros Episcopais de Medellín e Puebla, é fundada, em 1975, na cidade de Goiânia (GO), a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A ideia de um órgão que pudesse organizar e conscientizar a população do campo foi gestada na Assembleia Geral da CNBB (Comissão Nacional dos Bispos do Brasil), em novembro de 1974⁹⁶.

O crescimento da CPT em todo o país incomodou os setores ligados aos

⁹³ Anotações pessoais de conferência ministrada por Jorge Ferreira no dia 30/05/2014 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

⁹⁴ Martins, 1996, p. 69.

⁹⁵ Stedile, 1999, p. 19-20.

⁹⁶ OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das Lutas no Campo: Conflitos e violência, movimentos sociais e resistência**, os “sem terra” e o neoliberalismo. 10ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 65.

interesses de latifundiários. De acordo com Ariovaldo Umbelino:

Com a CPT, o confronto entre a Igreja, sobretudo aquela da "Caminhada", e os grandes latifundiários e grileiros passou a crescer. O assassinato frio e calculado de padres e agentes pastorais passou a ser uma constante. Os padres João Burnier, Rodolfo, Ramin e Josimo passaram a fazer parte das estatísticas dos assassinatos no campo. A impunidade dos autores e mandantes tem sido uma constante nestes casos⁹⁷.

A violência no campo já podia ser observada duas décadas antes, em 1962, com a perseguição das Ligas Camponesas no nordeste. Todavia, o receio dos governistas pós-golpe em relação à guerra de guerrilha rural apregoada pelos revolucionários cubanos de 1959 e adotada por alguns grupos clandestinos de esquerda no Brasil, provocou uma maior atenção dos militares com a organização no campo, independente de ideologias. Qualquer organização popular era tida como um inimigo em potencial.

No oeste de Santa Catarina, a CPT organizou-se e começou um trabalho de formação junto aos camponeses. Os encontros aconteciam a convite dos próprios padres e no espaço da Igreja após os cultos. O discurso da CPT mesclou os ensinamentos bíblicos com dados e estatísticas sobre política, economia e sociedade. Strapazzon, analisando os materiais de formação utilizados pela mesma, afirma:

No início, vê-se uma tentativa de equiparar-se a palavra de Deus e da Igreja como motivações para a luta pela terra, principalmente o momento das ocupações, já que é neste momento que a dificuldade se estabelece. A dificuldade existia em função da própria religiosidade e moralidade dos agricultores que foram criados em um ambiente social em que a propriedade privada da terra era "sagrada". Para se modificar esta significação, utilizou-se um discurso "sagrado", não racional, que lhes destina a terra como propriedade de Deus a qual, sendo deste, é de todos⁹⁸.

Como se vê, o autor destaca a discussão *não-racional* levantada pela Igreja nos processos de formação do campesinato. Ou seja, a legitimação da luta se dá pela palavra presente na Bíblia, em que a terra não tem dono que não seja Deus. Os alvos da crítica pastoral passam a ser os donos de terras improdutivas e o Estado, sendo tal aspecto de grande importância, pois contrariava os valores existentes no meio camponês de respeito pela propriedade privada.

Além disso, havia o receio dos camponeses em enfrentar os grandes fazendeiros em virtude da resistência que os latifundiários poderiam empregar por meio do seu

⁹⁷ Ibidem, p. 65.

⁹⁸ STRAPAZZON, J. P. L. **E o verbo se fez terra**: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990. Chapecó: Grifos, 1997, p. 41.

poder coercitivo – fixados na figura do “jagunço”⁹⁹, quando não da própria polícia, a mando do Estado. Vale destacar que nos cadernos de formação da CPT os sacerdotes afirmavam que Deus providiria todas as necessidades de quem lutasse pela “terra prometida”, garantidos pela união, a solidariedade e a organização¹⁰⁰.

Nos cadernos constam ainda aspectos relativos à situação econômica e política do país como aquilo que conformava a situação de pobreza dos camponeses. Por causa dos empréstimos bancários é que os camponeses se viam na dependência de vender seus produtos mais baratos para saldar as dívidas. Além do mais, os partidos políticos – recomendavam os cadernos –, deveriam aceitar a Igreja e seus preceitos.

Strapazzon explica que o discurso da CPT reuniu as diversas experiências e formas de vida (cultural, étnica, religiosa) em torno da mesma questão, unindo-os sob a mesma identidade de “sem-terra”¹⁰¹. Stedile, por sua vez, afirma que a vocação ecumênica das igrejas católica e protestante foi fundamental para coligar os camponeses das diferentes religiões na mesma bandeira de luta. Se isso não houvesse ocorrido, alerta o autor, a organização dos sem-terra poderia ter-se dividido, o que enfraqueceria a atuação e comprometeria o próprio surgimento do MST¹⁰².

Em documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB, em fevereiro de 1980, intitulado “Igreja e problemas da terra”, os bispos da Igreja Católica no Brasil afirmaram seu apoio e ação em favor dos camponeses sem-terra. Neste documento foram debatidas questões relativas à posse e concentração fundiária, os modelos políticos que favorecem a grande empresa, o direito dos indígenas, a violência no campo e as migrações, a acumulação e degradação da terra e a legitimação bíblica da terra como bem comum¹⁰³. Neste sentido, o documento afirma:

60. Deus é o criador e soberano Senhor de tudo. “Sim, o grande Deus é o Senhor, o grande Rei, maior que os deuses todos; em suas mãos está a terra inteira, dos vales aos cimos das montanhas; dele é o mar, foi Ele quem o fez e a terra firme suas mãos modelaram”. (Sl 94)
61. Como criador e Senhor, é Deus que tem poder de definir o uso e a destinação da terra. Desde o início, Ele a entregou aos homens para que a submetessem e dela tirassem seu sustento (Gn 1.23-30)
62. Formulando hoje sua doutrina social, a Igreja conserva a lembrança de severas advertências dos Profetas de Israel, que denunciavam a

⁹⁹ O jagunço é o peão que garante áreas sob controle do latifundiário. Pode ser contratado (específico para o trabalho de guarnição) ou é o próprio arrendatário das terras que se divide entre o plantio e a defesa da área.

¹⁰⁰ Strapazzon, 1997, p. 45.

¹⁰¹ Ibidem, p. 51.

¹⁰² Stedile, 1999, p. 20, 21.

¹⁰³ STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 277-304.

iniquidade dos que usavam a terra como instrumento de espoliação e opressão dos pobres e dos humildes. Não se esquece do desígnio de Deus de que a terra devia ser o suporte material da vida de uma comunidade fraterna e serviçal¹⁰⁴.

Apesar de neste documento vermos um apelo da Igreja à resolução dos problemas do campo fundamentados em dados estatísticos da realidade brasileira, evidencia-se a legitimação do clero para defesa da justiça social no campo através da religiosidade. O mesmo documento afirma:

91. “A terra é uma dádiva de Deus”. Ela é um bem natural que pertence a todos e não um produto do trabalho. Mas, é o trabalho sobretudo que legitima a posse da terra. É o que entendem os posseiros quando se concedem o direito de abrir suas posses em terras livres, desocupadas e não trabalhadas, pois entendem que a terra é um patrimônio comum e que, enquanto trabalharem nela, não poderão ser expulsos¹⁰⁵.

O documento da CNBB ainda afirmava os compromissos assumidos no Encontro Episcopal de Puebla com os trabalhadores rurais.

96. 2º - Assumimos o compromisso de denunciar situações abertamente injustas e violências que se cometem em áreas de nossas dioceses e prelazias e combater as causas geradoras de tais injustiças e violências, em fidelidade aos compromissos assumidos em Puebla (*Puebla* nº 1.160).

97. 3º - Reafirmamos o nosso apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores, colocando as nossas forças e os nossos meios a serviço de sua causa, também em conformidade com os mesmos compromissos (*Puebla* nº 1.162)¹⁰⁶.

A lista de compromissos da CNBB com os trabalhadores ressalta também o apoio à Reforma Agrária, a defesa dos trabalhadores urbanos e a condenação dos males tanto do capitalismo quanto do socialismo.

No estado de Santa Catarina, o princípio da organização dos camponeses sem-terra começou justamente onde já havia alguma base de apoio da CPT, de sindicatos combativos (gestões de oposição ao patronato) ou da paróquia. Essa preparação para a ocupação demonstrou-se fundamental e igualmente um reflexo do aprendizado das ocupações anteriores da Fazenda Burro Branco (Campo Erê-SC) em 1980 e Encruzilhada Natalino (Ronda Alta-RS) em 1979.

O processo de formação dos agricultores tinha vários níveis: do encontro das lideranças a nível regional saíam as diretrizes para a formação nas comunidades. Poli, a este respeito, afirma que

¹⁰⁴ Ibidem, p. 292.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 299.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 300-301. Grifos no original.

[...] além de encontros regionais (específicos ou junto com outras lideranças da CPT), havia em cada município dois níveis de discussão e encaminhamento da organização. Em primeiro lugar, encontros em nível municipal com os líderes dos sem-terra de cada comunidade, realizados periodicamente durante um ou dois dias. A partir desses encontros, essas lideranças se reuniam e trabalhavam com os sem-terra de suas comunidades. Os encontros por comunidade podiam ser realizados à noite ou mesmo nos domingos após o culto ou após as missas, quando da visita do padre às comunidades, as quais normalmente eram acompanhadas por um agente da CPT¹⁰⁷.

Na fala de um dos entrevistados¹⁰⁸ para este trabalho é possível contemplar a importância da Igreja para o processo de formação e conscientização dos camponeses sem-terra.

[...] a igreja progressista, da igreja que já tava... Que tinha esse papel de santo dos pobres, a Teologia da Libertação, das diversas pastorais, então nós fomos criando essa consciência de que nós tínhamos direito à terra, né, e que nós ia lutar por ela. E como eu e meu irmão também, a gente participava da Comissão Pastoral da Terra, que foi a CPT, tudo isso impulsionou pra que a gente não só entrasse no MST, nós fomos que ajudamos a organizar o MST aqui em Santa Catarina¹⁰⁹.

As formações atingiam grande parte dos camponeses sem-terra da região. O processo de formação, todavia, não podia ser feito com cada um dos camponeses, sobretudo por causa da insegurança de deixar o trabalho para este tipo de atividade e por causa das jornadas de trabalho que muitas vezes tomavam os finais de semana dos trabalhadores. Portanto, percebemos nas entrevistas que a formação era dirigida para as lideranças dos camponeses, que poderiam ser repassadas mais tarde nas comunidades e difundidas através das famílias. Olmiro Andretta lembrou da época das formações:

Antes de vir pra cá eu era empregado, não tinha chance de nada [de participar das formações]. Só comecei a acompanhar de 85 pra cá. Só. Antes não tinha maneira. Trabalhar de empregado, trabalhava no mato. O dia que chovia então era meu feriado. Senão é sábado, segunda, sábado, domingo e tudo assim. Então se vê que não tem tempo pra nada acompanhar, desde a religião. Não tinha tempo. Eu não, agora a família, a piaçada iam né, então eles iam. Mas eu não, comecei a acompanhar depois que viemos pra cá¹¹⁰.

Por outro lado, os envolvidos na formação da Igreja tiveram um grande suporte, principalmente na questão organizativa do movimento e da leitura crítica da realidade

¹⁰⁷ Poli, 2008, p. 106.

¹⁰⁸ O emprego do nome dos entrevistados no trabalho foi autorizado pelos mesmos na entrevista.

¹⁰⁹ BRUNETTO, I. Depoimento [31 julho 2013]. Entrevistador: Gustavo Henrique de Siqueira. Chapecó, 2013.

¹¹⁰ ANDRETTA, O. Depoimento [27 julho 2013]. Entrevistador: Gustavo Henrique de Siqueira. Abelardo Luz, 2013. Grifos meus.

do campo brasileiro. Brunetto destacou a participação da igreja nos antecedentes da fundação do MST.

Ela [Igreja] ajudava na formação da, mais na formação das lideranças. A igreja como tal, ela não foi lá ocupar a terra. Ela nos formou, deu elementos, foi um espaço aonde a gente pode se organizar. Então ela teve um papel de criar, de conscientização, do problema da terra, da situação dos sem-terra, nos impulsionou nessa questão de a gente ir pra luta, de que a terra era um direito, que a terra é um dom de Deus, que a terra não é mercadoria, que a terra... Toda essa reflexão a CPT... Os dados da concentração da terra no Brasil, o papel, vamos dizer, a grande ofensiva das multinacionais em se apossar das terras e enfim, né. Então ela deu elementos pra gente se organizar¹¹¹.

A igreja, portanto, assumiu um papel relevante na ascensão dos movimentos sociais no oeste catarinense não apenas na formação dos camponeses sem-terra. Os chamados “sindicatos combativos”, o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a luta dos indígenas pela terra são outros exemplos¹¹² de organizações influenciadas pela formação da CPT na mesma época – entre o final dos anos 1970 e metade da década de 1980.

O processo de ruptura¹¹³ dos camponeses sem-terra com a formação dirigida pela CPT aconteceu a partir de janeiro de 1985, quando se realizou em Curitiba o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A articulação visava à independência dos camponeses sobre o determinismo religioso no campo político, no qual todas as forças antagônicas do processo de luta pela terra eram tidas como opressoras, impossibilitando negociações e alianças que poderiam ser importantes, principalmente após as ocupações de maio de 1985. Strapazzon destaca a contradição do discurso da pastoral, pois, ao mesmo tempo em que exige do Estado uma solução para o problema da concentração da terra, nega a referida instituição como representante de seus interesses¹¹⁴. Além do determinismo religioso, a vigilância moral dos camponeses em seus costumes – como no que diz respeito a festas e consumo de

¹¹¹ Brunetto, 2013. Grifos meus.

¹¹² Os sindicatos combativos surgiram com organizações de trabalhadores em chapas de oposição aos sindicatos “pelegos”, como denominavam as gestões que atuavam em conformidade com os interesses patronais (Poli, 2008, p. 75-84). O MMA surgiu da organização de mulheres agricultoras para reivindicar direitos de participação política e social dentro da unidade familiar e da sociedade em geral. O MAB foi fundado na necessidade de organização dos camponeses que seriam desapropriados de seus terrenos para a construção de 25 barragens no rio Uruguai, que atingiria 40 mil famílias (Poli, 2008, p. 114-137). A luta dos indígenas aconteceu apoiada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) ligado à Igreja Católica.

¹¹³ Entenda-se ruptura, aqui, como um processo de busca pela autonomia dos camponeses. Não significa que a CPT tenha se desligado dos sem-terra após a fundação do MST. Ao contrário, a separação dos camponeses em relação à Igreja e aos sindicatos foi apoiada e acompanhada pela Pastoral (Stedile, 1999, p. 50)

¹¹⁴ Strapazzon, 1997, p. 62, 63.

bebidas alcoólicas, por exemplo – ajudou a conformar entre os sem-terra a necessidade de buscar uma organização autônoma.

3.2 Fundação do MST

Em janeiro de 1984 organizou-se o primeiro encontro sob condução dos próprios camponeses. A ocasião foi o Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Cascavel-PR. Em Santa Catarina, em dezembro de 1984, aconteceu no município de Chapecó o I Congresso dos Sem Terra do estado de Santa Catarina¹¹⁵. Do encontro nacional saiu o lema “Terra para quem nela trabalha”, influenciado ainda pela visão da Igreja sobre a propriedade.

A partir do debate realizado regionalmente, definiram-se as principais diretrizes para o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em janeiro de 1985, no Paraná. O Congresso realizou-se no momento em que a Nova República (1985) anunciava o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cuja primeira versão havia sido elaborada com participação dos sem-terra, mas que sofre, posteriormente, retrocessos em favor dos ruralistas.

Do Congresso de 1985, originaram-se a bandeira, o hino do movimento e o novo lema: “Ocupar é a única solução”. É importante destacar aqui que, diferente do lema anterior, o sentido da frase escolhida demonstra a convergência para um método objetivo de luta pela terra, e não mais um preceito moral¹¹⁶. Brunetto lembrou do começo da organização:

Então nós começamos a organizar o Movimento desde janeiro [de 1985], depois que nós voltamos do Congresso Nacional, a gente começou... Quando foi, bem dizer, o Congresso de fundação do MST, quando foi voltado então a palavra de ordem era organizar ocupações, “ocupações é a solução”. Então nós voltamos já com o intuito de começar a organizar os sem-terra porque até então nós tava mais na articulação, de organizar o Movimento, mas agora nós tinha que começar a organizar uma ação. Então a gente começou a trabalhar em vários municípios, então desde Palmitos, da pra se dizer, toda essa região aqui de Águas de Chapecó, de Caxambu, enfim né... E aí Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo, Campo Erê, Xanxerê, Xaxim, Faxinal, Ipumirim. Então nós pegava toda essa grande região. E a gente foi, então, formando, tendo... Buscando contato com as famílias sem-terra e formando as Comissões municipais, enfim né, então toda a articulação¹¹⁷.

Na fala de Brunetto evidencia-se que a organização envolveu diversas cidades

¹¹⁵ Poli, 2008, p.108.

¹¹⁶ Strapazzon, 1997, p, 55.

¹¹⁷ Brunetto, 2013. Grifos meus.

do oeste catarinense. As diretrizes do Congresso Nacional inauguraram as ocupações como método de luta e, para isso, a ação junto aos pequenos camponeses espalhados pela região era uma condição fundamental para fortalecer o movimento. Os pequenos camponeses, em geral, viviam em condições precárias de vida e trabalhavam em terras de terceiros, como no caso desta agricultora:

[...] quando nós iniciamos o MST aqui em Santa Catarina, então como nós era sem terra, né, o principal motivo de nós ter entrado pro MST foi por nós não ter terra. Nós era uma família de seis irmãos né. Pai e a mãe e nós, então, era arrendatário, nós trabalhava de arrendatário aqui em Xanxerê, pagava... A gente chegou a pagar até 40% de renda pra trabalhar na terra dos outros¹¹⁸.

Como a maioria das famílias que uniram-se ao MST, Brunetto mostra que a dificuldade na compra de terras para trabalhar e as condições de trabalho enfrentadas por estes agricultores (entre os quais enquadram-se os peões, arrendatários, meeiros e etc.) eram motivos que atraíam os camponeses para o movimento. Além disso, um fator conhecido para a organização dos sem-terra foi a não renovação dos contratos de arrendamento de muitos agricultores, pois os proprietários temiam desapropriações que poderiam decorrer do PNRA do presidente Sarney em 1985.

Conforme Paulilo, a ocupação de terras foi a última alternativa dos trabalhadores rurais. A autora cita outras formas de aquisição de terras possíveis naquele momento, como a associação em cooperativas e sindicatos ou pela compra. Nenhuma delas, em linhas gerais, proporcionou o acesso dos agricultores à terra, pois a possível falta de organização/articulação de sindicalizados para uma atitude efetiva de aquisição de terras para os pequenos produtores (no caso das associações) e o alto endividamento que contraíam aqueles que enfrentavam sozinhos um financiamento, causavam grande índice de desistência¹¹⁹.

Constatamos, portanto, que não havia grandes expectativas dos trabalhadores rurais em relação à conquista de um pedaço de terra próprio para trabalhar. Nesta situação, e rodeados por latifúndios improdutivos na região oeste catarinense, os sem-terra procuraram mobilizar-se e aventurar-se nas ocupações de fazendas em uma das épocas mais frias do ano e praticamente sem suporte algum.

No próximo capítulo veremos o processo de organização, ocupação e assentamento no município de Abelardo Luz e os desdobramentos deste processo, trabalhando mais diretamente com a memória dos trabalhadores presentes.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Paulilo, 1996, p. 134-140.

4. CAPÍTULO 3 – A LUTA PELA TERRA

Neste capítulo aprofundaremos o trabalho com periódicos e as memórias de camponeses entrevistados analisando a ocupação das fazendas Papuan e Sandra e o processo de assentamento dos trabalhadores rurais. Começaremos apresentando dados sobre o município de Abelardo Luz.

4.1 O Município de Abelardo Luz

Como afirmado anteriormente, Abelardo Luz é um município do oeste de Santa Catarina, localizado a 574 km da capital Florianópolis e na fronteira do estado com o Paraná.

A região do hoje município de Abelardo Luz foi ponto de passagem de tropeiros e militares que se dirigiam a Colônia de Xanxerê pela estrada das Missões no Rio Grande do Sul desde o início do século XX. Sua colonização foi efetivada por caboclos e descendentes de alemães e italianos. Tornou-se distrito em 1922 e seu nome foi escolhido em homenagem ao filho do ex-governador de Santa Catarina, Hercílio Luz. O desmembramento do município de Xanxerê e a municipalização ocorreram em 21 de junho de 1958 pela Lei Estadual nº 348/58. O censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010 revelou que a população do município era de 17.100 habitantes¹²⁰. A área de abrangência de seu território corresponde a 955,37 km².

A economia de Abelardo Luz é baseada na agropecuária, principalmente na produção de milho, soja e gado de corte. Nos assentamentos de reforma agrária o leite também figura entre os principais produtos¹²¹.

Abelardo Luz é o município do sul do país com maior concentração de assentamentos da reforma agrária, totalizando 23. Estão localizados a cerca de 30 km da área urbana do município e o acesso é através de estradas de terra.

4.2 O Processo de Ocupação e Assentamento

Depois da formação das bases, nos encontros regionais definiu-se que a ocupação seria em 25 de maio de 1985. A escolha se deu por causa da romaria de Nossa Senhora do Caravágio, realizada neste dia em Guaraciaba (SC), onde os sem-terra

¹²⁰ Abelardo Luz. Site Oficial: <http://zip.net/bbkYSJ> Acesso em 13 jun. 2014.

¹²¹ Idem.

poderiam acompanhar a festividade enquanto se disfarçavam de romeiros e não despertavam suspeitas. Sobre a definição das áreas a serem ocupadas, Brunetto afirma:

Então aí nós definimos que nessa noite... Fomos indo, vendo as condições, quando fomos vendo o número de famílias que nós já tinha organizado e enfim, então a gente foi... Teve uma comissão que foi ver a área, foi fazer a vistoria de áreas, era famoso aquilo. Abelardo Luz era famoso pelo número de latifúndios que tinha. É um município... Uma extensão enorme e a maioria latifúndio. E aí seria “o”, né... Tava dado que seria ali. Então teve uma comissão que foi uma semana antes ver bem o local, aonde seria... Montaria o acampamento. E aí se estabeleceu então a data que seria o 25 de maio. E aí claro [...] foi trabalhado várias... Os próprios caminhos, o horário de chegada... Porque tudo isso é muito sigiloso pra nós, porque senão, se o inimigo sabe, né... E aí todos os caminhões que tinha os sem-terra tinha um sinal, por exemplo. Então foram várias as formas que a gente buscou¹²².

A organização, portanto, não ficou restrita à formação das bases. Vale lembrar uma vez mais que as experiências das ocupações de Ronda Alta (RS) e Campo Erê (SC) foram fundamentais para que os sem-terra não repetissem erros. Além disso, participaram da preparação os camponeses que migraram para o Mato Grosso após conflitos com indígenas Kaingang de Nonoai (RS) no final da década de 1970¹²³.

As “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas”¹²⁴ tiveram participação de camponeses oriundos de dezoito municípios da região oeste catarinense. As fontes orais consultadas divergem no número de famílias presentes na ocupação de Abelardo Luz. Estima-se, todavia, que tenham participado de 1.000 a 1.500 famílias nessa noite¹²⁵. A organização dos sem-terra estabeleceu a divisão das famílias ocupantes de acordo com o município que moravam. Conforme Brunetto, “[...] nós decidimos que quem era mais do oeste ocupava Abelardo e quem era do extremo oeste, de Palmitos, Mondaí, Caibi, São Miguel, Romelândia, Anchieta, São José do Cedro, todos esses municípios ocupavam São Miguel”¹²⁶. Além de Abelardo Luz e São Miguel d’Oeste, também se ocuparam fazendas nos municípios de Ponte Serrada, Romelândia, Maravilha, Descanso e Mondaí na mesma noite.

Ainda de acordo com Brunetto, os caminhões que levavam os sem-terra e seus

¹²² Brunetto, 2013.

¹²³ Strapazzon, 1997.

¹²⁴ Poli, 2008, p. 108, 109.

¹²⁵ Irma Brunetto fala em 1.300 famílias; Olmiro Andretta fala numa média de 800 a 1.000 famílias; Luiz Abati estima 1.500. Um livro de formação do MST informa que 5 mil famílias participaram das ocupações em todo o estado (contando as ocupações do extremo-oeste). Fernandes fala em 1.659 famílias. FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

¹²⁶ Brunetto, 2013.

pertences deveriam se encontrar na ponte de acesso às fazendas às cinco horas da manhã do dia 26 de maio. No entanto, como alguns caminhões saíram de regiões mais próximas, um grupo – saído de Xanxerê – chegou por volta das duas horas. Esse grupo, precipitando-se aos demais, resolveu ocupar a área. Apesar do rigor no sigilo para efetivar as ocupações, Brunetto lembra que a notícia já havia se espalhado e os arrendatários da Fazenda (também responsáveis pela guarnição do terreno) estavam esperando a chegada dos camponeses. Portanto, os sem-terra foram prontamente repelidos pelos “jagunços” que trabalhavam no latifúndio.

E aí eles chegaram e começaram a descarregar as coisas. Naquilo chegou os que cuidavam a fazenda, uma camionete com vários em cima, que chamava pistoleiro, mas na verdade eram mais que cuidavam lá. E eles “atropelaram”, quando viram que o pessoal ia ocupar, que tinha gente chegando, eles “atropelaram”. E aí esse pessoal foram, e ficaram lá no lugar marcado, que era antes da ponte. Das duas horas até as cinco da manhã ali, os pistoleiros se articularam e disse “vamos tentar impedir que eles entrem”, que daí eles descobriram que a gente realmente ia vir. Então eles ficaram ali do lado da ponte e quando viram chegar caminhão, e caminhão e caminhão, que até as cinco era pra chegar, foi chegando e foi chegando, eles tentaram de uma forma desesperada de impedir que o pessoal entrasse e colocaram fogo na ponte. Derramaram óleo diesel e pnharam fogo pra tentar impedir que o pessoal fosse, né. E aí o pessoal, os que tavam no primeiro caminhão forçaram o motorista, o motorista se assustou, mas você vai, senão deixa pra nós... Aí desceram, pularam do caminhão, pegaram uns galhos de capoeira e tal e apagaram o fogo, né. E aí foi passando, daí os pistoleiros correram. Correram porque era muita gente, tava chegando muita gente. Já tava clareando o dia¹²⁷.

Presente nessa ocupação, mas em um caminhão que chegaria mais tarde, Olmiro Andretta lembra o episódio:

Se reunimo lá [...] de tarde né, se organizava, daí viemo de noite. Chegemo aqui seis hora da manhã na ponte. [...] Uma cerração véia que Deus o livre. Dos meus companheiro, quatro voltaram na hora. Só fiquei eu. É, só fiquei eu, o resto voltaram no mesmo caminhão. [...] A ponte diz que foi queimada né, mas eu cheguei depois. Só passemos em cima das viga assim só¹²⁸.

¹²⁷ Idem. Grifos meus. “Atropelar”, aqui, significa “expulsar”.

¹²⁸ Andretta, 2013.



Ponte por onde passaram os camponeses na noite da ocupação. Ao fundo é possível ver o monumento em homenagem às ocupações. Fonte: acervo pessoal.

A queima da ponte pelos arrendatários da fazenda tornou-se posteriormente um marco simbólico para o MST na região oeste, dando um aspecto dramático para a ocupação. Anos depois, foi feito um monumento em memória desse episódio, localizado à entrada do assentamento Papuan no município de Abelardo Luz, em frente à referida ponte.



Monumento em homenagem às ocupações. Fonte: acervo pessoal.

No monumento vemos diversas referências a noite da ocupação: o caminhão, as crianças levadas pelos pais e as mulheres apagando o fogo ateadado na ponte com galhos de árvores. Este último aspecto é de grande relevância e rememorado pelas agricultoras presentes na ocupação, pois, além da iniciativa tomada por elas, havia a estratégia de não posicionar os homens na linha de frente com os “jagunços” pela possibilidade de

serem alvejados.

Conforme os caminhões chegavam com mais pessoas a bordo, os “pistoleiros” foram cedendo e não puderam evitar a ocupação. A ocupação foi feita e, com ela, vinham os desafios de manter-se naquela terra praticamente inóspita. Chamada pelos camponeses de “terra de xaxim”, ou seja, estéril para agricultura se não preparada, o solo foi pouco trabalhado durante o tempo de ocupação. Somente mais tarde foi possível tratar o terreno para que pudesse produzir.

As dificuldades enfrentadas pelos sem-terras são destacadas nas entrevistas. Luiz Abati, que chegou na fazenda ocupada cerca de seis meses depois da ocupação, lembra da situação que encontrou:

[...] eu cheguei dia nove de novembro de oitenta e cinco, cheguei uma hora da manhã aqui, a minha família e coisa, como é que tu ia fazer um barraco uma hora da manhã, né? Acabamos entrando dentro do mato e dormimos no mato embaixo das árvores. Aí no outro dia cedo que a gente começa a se organizar pra fazer o barraco. Aí depois do barraco né, Fiore. Nós não tinha estrada, só mato. Nós não tendo estrada, não tinha energia elétrica, nós não tinha casa, não tinha educação, não tinha saúde, nada¹²⁹.

A organização dentro do terreno ocupado, portanto, foi fundamental. Os desafios aumentavam conforme as dificuldades apareciam, situação de certa forma “anunciada” pela CPT. Abati aponta como foi a organização no acampamento.

Então você juntou todas essas famílias e traz pra um lugar onde que você concentra, daí que surge vários problemas né. Aí a gente se organiza dentro do acampamento em comissões de saúde, comissão de água, comissão de segurança... Que você começa... Que ali começa uma nova vida. Isso aí tem que fazer com que as famílias fiquem aqui, tu tem que dar esperança nelas pra conquistar o pedaço de chão¹³⁰.

Cinco dias depois de ocupada a fazenda Papuan (localizada imediatamente após a ponte e de propriedade de Anair Motta Pereira, viúva), na quinta-feira dia 30, os camponeses dirigiram-se à outra fazenda, de nome da própria fazendeira, Sandra, localizada a poucos quilômetros da primeira área ocupada. Apesar de bem guarnecida, a área não deixou de ser ocupada pelos camponeses que saíram com caminhões e a pé da fazenda Papuan para romper as cercas no latifúndio vizinho. Andretta lembrou-se da segunda ocupação:

Saiu gente, que eu saí também, saiu do acampamento da Papuan, um caminhão cheio de gente, mulher e criança e viemo tudo pra cá. Nós

¹²⁹ ABATI, L. Depoimento [28 julho 2013]. Entrevistador: Gustavo Henrique de Siqueira. Abelardo Luz, 2013.

¹³⁰ Idem.

viemos a pé. Atravéssemos as correntes lá embaixo onde tem um ônibus parado lá, atravéssemos as correntes tinha uns pistoleiros lá. Mas que pistoleiro, nada, vamos embora! E daí viemos na 25 [de maio] e ocupamos essa área ali, né¹³¹.

Brunetto, sobre a ocupação da segunda fazenda, afirma:

Aí cinco dias depois, nós ocupamos então a fazenda Sandra, que hoje é o 25 de maio. Nós fizemos uma ocupação inclusive a pé, fizemos uma caminhada, nós tava acampado lá na fazenda Papuan, que nós ocupamos na noite de sábado pra domingo, e na quinta-feira então, nós saímos em marcha na luz do dia, no meio dos pistoleiros e fazendeiros que tentavam impedir nós de ocupar, nós ocupamos através de uma marcha mais ou menos de umas... Mais de quinhentas pessoas, que uma parte ficava no acampamento Papuan e a outra nós saímos em marcha e ocupamos então a fazenda Sandra, que hoje é o assentamento 25 de maio¹³².

Diante das primeiras ocupações, a imprensa relatou os conflitos que se espalhavam conforme novas áreas eram ocupadas. A Gazeta Mercantil de 31 de maio de 1985 relatou:

As invasões, segundo informações recebidas pelo INCRA em Brasília, começaram domingo e revelam um bom nível de organização, uma vez que os invasores chegam em caminhões e ocupam a terra de forma ordenada. Apesar disso, não são identificados os líderes do movimento. O governador Espiridião Amim pediu ao INCRA para agir rapidamente para evitar a eclosão de conflitos de maiores consequências. As áreas invadidas são de terras privadas e ociosas¹³³.

Nesta matéria, publicada um dia após a ocupação da fazenda Sandra, não há menção ao MST, apesar de reconhecer que se tratava de um movimento. Além disso, há referência ao pedido do governador Esperidião Amim para a Polícia Militar suspender a reintegração de posse, para chamar uma negociação com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e demais partes.

Em matéria do jornal Zero Hora, também do dia 31, o destaque foram as novas ocupações. Além da fazenda Sandra foram ocupadas as fazendas Santa Rosa e Santa Tereza em Abelardo Luz. A matéria também traz a precariedade nos acampamentos:

Começa a se agravar a situação dos sem-terra, que, no domingo passado [26], invadiram duas fazendas – Santa Rosa e Santa Tereza – localizadas na cidade de Abelardo Luz [...]. Já são mais de mil famílias, constituindo perto de 4 mil pessoas, a maioria crianças, que montaram acampamento nas duas áreas. Muitas crianças estão doentes, sem comida e roupas. A alimentação das crianças, ontem, era feita apenas à

¹³¹ Andretta, 2013. Grifos meus.

¹³² Brunetto, 2013.

¹³³ “Áreas são invadidas em Santa Catarina”. Gazeta Mercantil, 31/05/85. Matéria de Elmar Bones.

base de água açucarada. A mesma situação enfrentam os adultos¹³⁴.

A Igreja, sabendo das condições que enfrentariam os trabalhadores rurais, buscou sustentar nos encontros religiosos anteriores às ocupações que Deus provida e ampararia todos aqueles que lutassem pela terra. Na prática, como se vê na matéria, a situação foi de bastante dificuldade e de risco constante para as famílias devido às baixas temperaturas que a região registra todos os anos nos meses em que os sem-terra organizaram o acampamento.

Além dos problemas apontados acima, havia constante tensão entre os acampados diante da possibilidade dos latifundiários reagirem com violência às ocupações. O presidente do Sindicato Rural de Chapecó (patronal), o médico Valmor Lunardi, afirmou em entrevista para o jornal O Estado que os fazendeiros reagiriam com força contra as invasões se fosse necessário e responsabilizariam o governo, considerado por ele como “imóvel” e “passivo”. A justificativa de Lunardi contra as ocupações foi de que as fazendas não eram ociosas e que constituíam “reservas vegetais de proteção ecológica e econômica”¹³⁵. O advogado do Sindicato Rural de Chapecó, Renato Basso, chegou a pedir a retirada à força dos camponeses para colocá-los “na beira da estrada, em fileiras, ou em último caso, nas terras do Governo e da Igreja”¹³⁶.

A reação ruralista aponta a violência como última alternativa de resistência contra as desapropriações, pois do ponto de vista legal vigente no Estatuto da Terra e no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), as terras ociosas e improdutivas poderiam ser desapropriadas por interesse social para fins de reforma agrária, inclusive respeitando as reservas vegetais e matas nativas (20% da área).

Ocupada a fazenda Sandra, colocavam-se na ordem do dia pelo menos duas demandas importantes: de um lado a luta pela permanência na terra e a desapropriação dos latifúndios, e de outro, a defesa contra a pressão dos grandes fazendeiros e políticos ligados aos interesses ruralistas.

No primeiro aspecto, o da permanência, as dificuldades se colocavam em virtude da improdutividade do solo para plantar alimentos e da distância das fazendas em relação a serviços básicos como hospitais, escolas e mercados. No princípio do acampamento, portanto, os sem-terras buscaram alternativas para sobreviver que não fosse a produção de alimentos para subsistência. Brunetto, sobre as dificuldades do

¹³⁴ “Polícia catarinense vai expulsar os invasores”. Zero Hora, 31/05/85. Matéria de Vânio Bossle.

¹³⁵ “Proprietários advertem que poderão usar a força”. O Estado, 31/05/85, p. 6.

¹³⁶ “Novas invasões mas polícia ainda não reprime”. O Estado, 01/06/85, p. 11.

início, pontuou:

A terra era muito ácida, né, e não produzia nem um pé de alface, nem um temperinho porque era muito... Precisava de calcário nos primeiros anos. O pessoal [...] começou a queimar madeira, fazer carvão pra poder sobreviver até poder produzir¹³⁷.

Olmiro Andretta lembrou-se do mesmo problema:

Cada uma deu um jeito de pegar um canto de terra e escolhia mais ou menos o produto que dava certo e plantava. Na verdade não deu nada né, morreu tudo, era uma terra ácida. Ih... Bom, era uma terra de xaxim, é tudo terra ácida, não dá nada, nada, nada¹³⁸.

Luiz Abati também recordou da qualidade da terra:

[...] nós plantamos lavouras, por exemplo, nós fizemos uma lavoura de quarenta e dois quilos de milho, que o milho ele nasceu e não conseguiu dá o pendão. Pendãozinho, a espiguinha. Ele morreu. A terra muita ácida, aqui é uma região de terra de xaxim, essas coisas muita... Terra ácida¹³⁹.

A saída para a obtenção de alimentos dos acampados foi contar com a ajuda mútua, cada um auxiliando no que fosse possível. Andretta destacou a maneira como enfrentaram a dificuldade colocada pela distância do município:

Só o seu Amantino tinha um fusquinha amarelinho, acho que oitenta... Setenta e quatro eu acho que é. Fazia até duas viagens, três viagens num dia. Chegava em casa tinha um doente, seu Amantino ia de novo pra Abelardo com o fusquinha amarelo. Era só o que acudia nós. Tudo. E daí quando era pra fazer compra, tinha que ir pra Abelardo. Se o tempo tava bom, nós ia com o ônibus, numa carreira véia, numa paraguaia véia¹⁴⁰.

As ajudas entre os camponeses não foram as únicas formas de solidariedade. A igreja e o governo do estado também auxiliaram no período de acampamento. Além do suporte na vistoria das áreas e da organização para a ocupação, a Diocese de Chapecó através do bispo Dom José Gomes ofereceu ajuda material para os acampados, de acordo com o que afirma Andretta:

[...] a equipe deles lá vieram sempre acompanhar, as irmãs, o padre Genuíno, aquela irmã Ângela [...]. Fazer comida, fazer limpeza, lavar, criança, tudo. Tudo. Remédio [...]. Comida [...]. Remédio então sempre veio. Remédio sempre veio e ninguém pagou nada. Mas vinha doação, sabe, veio doação nem sei daonde. De tudo. Roupa, calçado, remédio... Tudo, tudo¹⁴¹.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Andretta, 2013.

¹³⁹ Abati, 2013.

¹⁴⁰ Andretta, 2013.

¹⁴¹ Idem.

A fala de Brunetto reforça a informação:

[...] ali a igreja como um todo, não só a coisa [CPT], ajudou bastante na questão de... Da solidariedade, de buscar, de fazer grandes arrecadações de alimentos, de agasalhos e tal [...]. Teve muito seminarista que puxava comida, que ajudavam, entende? Assim, nós tinha estrutura, não tinha nada né, nós não tinha um carro, não tinha. Então a igreja ajudou muito, né¹⁴².

Já o governo, de acordo com matéria da Folha de São Paulo do dia 06 de junho de 1985, auxiliou com atendimento na saúde e com fornecimento de alimentos.

Sem discutir o mérito da decisão judicial, a secretaria da Saúde foi orientada pessoalmente pelo governador para dar assistência médica e alimentar aos invasores e suas famílias, instalando postos nas vizinhanças de terras. Entre os invasores estão mais de mil crianças, muitas já vitimadas pela diarreia e gripe, doenças provocadas pelas más condições dos acampamentos, que são improvisados com coberturas de lona ou folhas retiradas das matas próximas¹⁴³.

Todavia, uma matéria do jornal de Santa Catarina trouxe a falta de auxílio do Estado apesar da promessa. Dos 150 milhões de cruzeiros necessários para a alimentação de todos os acampados apenas 15 milhões chegavam aos sem-terra. A suspensão de serviços de saúde semanas após a ocupação ocasionou a morte de dois bebês recém-nascidos, um em São Miguel d'Oeste e outro em Abelardo Luz.

Eles [os sem-terra] revelaram que os dois óbitos ocorreram por falta de pronta assistência médica e hospitalar. [...]. Criticaram a falta de médicos, enfermeiras e remédios para os acampamentos. Essa assistência foi mantida nas primeiras semanas e depois suspensa sem explicação. A própria Cruz Vermelha abandonou os acampamentos¹⁴⁴.

A dura situação nos acampamentos foi acompanhada pelo segundo aspecto apontado anteriormente, o da defesa contra as represálias, onde a tensão entre os acampados aumentava conforme se desenrolava a discussão nos meios governamentais, na justiça, na polícia e na imprensa sobre as ocupações. O ataque da imprensa aos acampados foi lembrado no depoimento de Brunetto:

Rádios, as pequenas rádios da região eram terríveis. Dizendo que na terra era um bando de bandido, que nós tava armado, que nós tava... Foi grande, grande. Então a mídia, imprensa falada, a imprensa escrita, a televisão veio canais de televisão do Rio Grande, porque foi a primeira ocupação grande na região sul. Então foi muito atacada. Até hoje a gente é muito atacado, e na época foi terrível¹⁴⁵.

¹⁴² Brunetto, 2013. Grifos meus.

¹⁴³ “Governo de SC teme conflito armado e solicita ajuda”. Folha de São Paulo, 01/06/85.

¹⁴⁴ “Movimento dos Sem-Terra denuncia situação precária com dois mortos”. Jornal de Santa Catarina, 19/07/85.

¹⁴⁵ Idem.

O jornal Zero Hora chegou a relatar que o ataque aos camponeses pelas rádios era realizado pelos próprios proprietários e prefeitos dos municípios, preocupados com a “novidade” das ocupações, o questionamento da propriedade privada e com a possibilidade de confronto policial no território.

O clima também entre os camponeses era extremamente tenso. Em parte a responsabilidade pela tensão entre os posseiros cabe aos pronunciamentos violentos de prefeitos da região e de pessoas de posse que usam as emissoras de rádio para ameaçar os camponeses¹⁴⁶.

Além disso, uma comissão de segurança foi destacada entre os sem-terra após tomarem conhecimento da chegada de reforço no Batalhão de Polícia Militar em Chapecó para efetivar o despejo das famílias acampadas. A PM contava com uma tropa de 1.200 a 1.400 soldados prontos para a ação¹⁴⁷. Enquanto não liberava a ordem de despejo os militares montavam guarda nas principais rodovias de Santa Catarina, principalmente na fronteira com o Rio Grande do Sul e Paraná para barrar a entrada de novos caminhões com mais trabalhadores sem-terra que vinham para a região.

Em seguida às ocupações, os juízes de direito da comarca de Abelardo Luz e Campo Erê expediram ordens judiciais de despejo a pedido dos proprietários das fazendas. No entanto, o governador Esperidião Amim suspendeu a ordem de reintegração de posse das fazendas e chamou representantes dos sem-terras, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e os latifundiários para a negociação¹⁴⁸. É importante lembrar que neste contexto o Brasil passava por um processo de reabertura política pós-ditadura e se discutia o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do presidente José Sarney. Portanto, a reação do governo em relação às ocupações foi relativamente tranquila para uma época conturbada e para uma situação onde movimento social é quase sempre considerado “caso de polícia”.

Na negociação chamada pelo governo catarinense definiram-se os seguintes acordos, conforme Fernandes:

Na reunião foi assinado um acordo entre os sem-terra, o governo estadual e o Incra, definindo os seguintes compromissos das partes: o Governo do Estado providenciaria áreas emergenciais, dotando-as de infra-estrutura básica, nos municípios de Abelardo Luz e São Miguel do Oeste, para transferir as famílias das fazendas ocupadas; o Incra agilizaria os processos de desapropriação das áreas já identificadas e o assentamento de todas as famílias acampadas em cento e vinte dias; o MST não realizaria novas ocupações no período do acordo, promoveria

¹⁴⁶ “Governo compra área para os invasores”. Zero Hora, 02/06/85. Matéria de Carlos Wagner.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Fernandes, 2000, p. 159.

a transferência das famílias com apoio das prefeituras e organizaria o cadastramento das famílias junto ao Incria¹⁴⁹.

Os acampados, portanto, tiveram de abandonar as fazendas para que o Incria realizasse as vistorias e verificasse a possibilidade das áreas cumprirem os requisitos para a desapropriação previstos em lei. Estas vistorias aconteceram não apenas nas fazendas ocupadas, mas também em outros municípios da região. Antes dos sem-terra deixarem a área o Incria realizou cadastramentos das famílias acampadas e governo do Estado adquiriu por compra cerca de 350 hectares de terras em Abelardo Luz para assentar provisoriamente parte das famílias por 90 dias. Todavia, os proprietários envolvidos na negociação desistiram do negócio e os camponeses tiveram de deslocar-se para outra área próxima pertencente a um pequeno proprietário, como informou a Folha de São Paulo em matéria do dia 08 de junho:

Sob uma temperatura próxima a zero grau, garoa fina e vento cortante, os ocupantes de 350 hectares das fazendas Papuã e Santa Rosa [...] começaram a desarmar suas precárias barracas de lona plástica preta para serem levados de caminhão a uma outra área, de apenas 15 hectares, cedida pelo pequeno proprietário Eldi Zanchet¹⁵⁰.

Andretta lembrou-se da ida para a fazenda cedida por Zanchetti e das diversas mudanças que teve de realizar até a definição das expropriações do Incria.

Aqui [em Abelardo Luz] fiquemo acho uns [...] não deu noventa dias. Depois foi negociado com o Eldi Zanchetti aqui embaixo. Aí sim, fiquemo 90 dias certo ali. Dali fumo pra Faxinal dos Guedes, Sede Ribeiro que dizem. Daí lá fiquemo mais de setembro... De setembro, eu acho, que foi agosto por aí, que comecemos a plantar, afinal. E daí fizemo a horta e fumo classificado pelo Incria, sorteado, daí viemo em maio aqui. Voltemo pro mesmo lugar de novo¹⁵¹.

Os camponeses, portanto, abandonaram as fazendas e esperaram as determinações do Incria em relação aos assentamentos. Os latifundiários que seriam desapropriados e aqueles que poderiam ser, buscaram pressionar o governo contra as desapropriações e ameaçaram organizar a União Democrática Ruralista (UDR)¹⁵² na região. Em setembro, vencido o prazo estabelecido pelo governo, cerca de trinta trabalhadores sem-terra ocuparam a sede do Incria em Florianópolis como forma de pressão pelo cumprimento do acordo. Conforme Fernandes:

¹⁴⁹ Ibidem, p. 159.

¹⁵⁰ “Começa remoção de acampamento de sem-terra em SC”. Folha de São Paulo, 08/06/85. Matéria de Luiz Salgado Ribeiro.

¹⁵¹ Andretta, 2013. Grifos meus.

¹⁵² Organização de grandes proprietários de terras com o intuito de pressionar o governo contra as desapropriações e de barrar a ofensiva de movimentos sociais de luta pela reforma agrária.

Uma semana depois, foram assinados os decretos de desapropriação de onze fazendas, num total de 13.000 ha. Nessas áreas foram assentadas mil e trezentas famílias, mais as famílias remanescentes que foram assentadas provisoriamente, aguardando a arrecadação de novas áreas para o assentamento definitivo¹⁵³.

A Fazenda Sandra foi desapropriada pelo Incra no dia 04 de setembro de 1985. Todavia, foi através da resolução nº 08 de 14 de janeiro de 1986 que a fazenda foi destinada para Projeto de Assentamento¹⁵⁴. A área desapropriada foi de 1.039,1441 hectares (mapa do assentamento em anexo). Nessa resolução previa-se a criação de 58 unidades agrícolas no terreno e implantação de infraestrutura básica para o assentamento dos camponeses. As fazendeiras donas das áreas de Santa Rosa, Papuan e Sandra não viviam na região e foram indenizadas pelas desapropriações.

Para o Incra este assentamento está registrado como “Sandra”, uma vez que a primeira área expropriada depois das ocupações de 1985 foi em Ponte Serrada¹⁵⁵, que batizou seu assentamento como 25 de maio. Contudo, em Abelardo Luz a segunda ocupação realizada pelos sem-terra também recebeu este nome em homenagem às primeiras ocupações e foi assim chamado pelos moradores desde o início.



Placa localizada logo após a ponte de acesso aos assentamentos.
Fonte: acervo pessoal.

A urgência para o assentamento de milhares de famílias alocadas provisoriamente em outras áreas fez com que o Incra estabelecesse critérios para classificar os que receberiam os primeiros lotes das desapropriações. Luiz Abati recordou deste momento:

¹⁵³ Fernandes, 2000, p. 159.

¹⁵⁴ Resolução nº 08 de 1986, INCRA (Anexo).

¹⁵⁵ Brunetto, 2013.

[...] quando nós tava nos acampamentos eles usaram um sistema de pontuação pra assentar as famílias né. Família com mais número de filho, família que, vamos dizer, não tinha problema na justiça, um exemplo, elas se assentavam por primeiro. E daí assim sucessivamente as outras, as outras famílias né, foi uma forma de pontuação né, que se deu a organização, por exemplo, de ir pra cima da terra em definitivo nos lotes¹⁵⁶.

Abati ainda lembrou que a escolha dos lotes foi feita pelos próprios camponeses. Foram medidos 58 lotes no assentamento 25 de maio, como vimos, e então os sem-terra dividiram-se em quatro grupos de 15 famílias para determinar onde cada um se instalaria¹⁵⁷. Cada unidade medida tinha entre 15 e 20 hectares, dependendo da qualidade do solo e do relevo.

Todavia, não foram apenas os acampados que receberam os lotes das desapropriações. Os próprios “jagunços”, responsáveis pela queima da ponte, também foram assentados em Abelardo Luz e beneficiados pela lei¹⁵⁸.

Depois de assentados pelo Incra, os sem-terra começaram a se estabelecer na área do agora Assentamento 25 de maio. Esta conquista inaugurou uma nova frente de lutas para os assentados que foi a busca de créditos e investimentos do estado e do município para construção da infraestrutura básica para sobrevivência, ou seja, construção de posto de saúde, escola, abertura de estradas e energia elétrica, além da própria moradia.

As estradas, conta Abati, foram abertas praticamente de imediato e pelos próprios camponeses derrubando o mato. Com a estrada seria possível requisitar outros serviços.

Foi um processo que foi se criando a partir do momento que se cria a estrada, precisa criar a saúde, precisa criar a educação, a energia elétrica... Mas isso assim foi um negócio bem difícil até na época pra nós. [...] De estrada teve que se ir fazendo meio de imediato porque não tinha estrada, era só mato né, então como é que tu ia ter acesso, né¹⁵⁹.

Em 1986, o estado de Santa Catarina forneceu gratuitamente 120 mil toneladas de calcário (necessário para a preparação e preservação do solo agricultável) para 13 mil famílias de pequenos produtores, incluindo os assentados¹⁶⁰.

Em maio do mesmo ano o Diário Catarinense publicou um mapa dos acampamentos e assentamentos do estado que ajuda a situar-nos geograficamente.

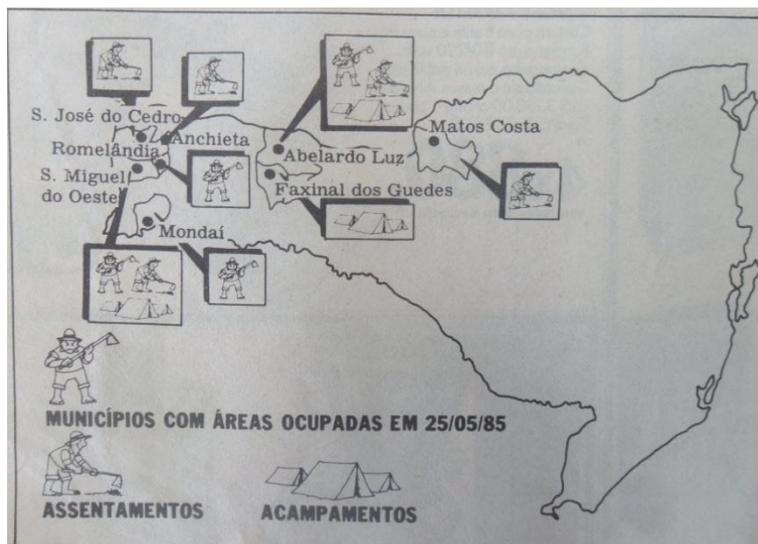
¹⁵⁶ Abati, 2013.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Brunetto, 2013.

¹⁵⁹ Abati, 2013.

¹⁶⁰ “Governo cria instituto para tratar das questões agrárias do Estado”. O Estado, 16/04/86.



“A dura rotina dos acampados do Oeste”. Diário Catarinense, 05/05/86, p. 9.

Em relação à escola, os assentados improvisaram uma cabana de madeira com quatro salas de aula onde um dos professores foi Abati, então com 21 anos. Na saúde, todavia, a resolução levou mais tempo. Em caso de necessidade médica os assentados tinham de locomover-se para a cidade de Abelardo Luz, distante 30 km dos assentamentos. Atualmente o assentamento conta com escola municipal e estadual, APAE, mercado, cooperativa (Cooperoeste), centro comunitário, rádio dos próprios assentados e posto de saúde. Um aspecto destacado pelos entrevistados foi a necessidade de ocupar o Incra e pressionar a prefeitura para a conquista de suas demandas.

No caso da energia elétrica, há divergência entre os sem-terra. Andretta e Abati não souberam precisar o momento em que foi instalada a rede elétrica na região, mas afirmaram ter sido na década de 1980 e início dos 90. Brunetto afirmou que em 1993, depois de ocupações da Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina), é que começaram a ser instaladas as redes elétricas em todos os assentamentos do estado.

Então, em 1993 [...], me lembro que nós fizemos uma luta pela energia elétrica. Então não foi só a 25 de Maio, foram vários assentamentos [...]. Em todas as regiões. Ocupamos em Xanxerê, nós ocupamos em São Miguel, em Fraiburgo, em Campos Novos, aonde tinha assentamento nós ocupamos a Celesc. E aí então que a gente foi contemplado a partir de... Ali no final de 93 já a gente começou a ser contemplado com energia elétrica¹⁶¹.

Vemos nos depoimentos que apesar da conquista do assentamento em 1986, as lutas por infraestrutura mínima (educação, energia elétrica, estradas e etc.) perduraram

¹⁶¹ Brunetto, 2013.

por mais, pelo menos, uma década. Além das reivindicações por condições de sobrevivência e trabalho na terra, havia a solidariedade com aqueles que ainda não tinham sido assentados e continuavam acampados em situação de miséria.

Todavia, os problemas dentro do assentamento 25 de maio passaram a ser a forma de convivência naquele espaço entre as diferentes famílias de diferentes procedências que o Incra enviou para lá. Um dos maiores problemas apontados pelos entrevistados foi a presença de famílias provenientes do meio urbano que não sabiam trabalhar na terra. Assim, algumas famílias acabaram vendendo ou desistindo de suas terras e sendo substituídas por novas famílias, conforme apontou Abati:

Nós tivemos problemas dentro dos assentamentos porque você traz uma família que tá lá passando fome, até você tornar ela um ser social, uma família social, por exemplo, nem todo mundo tem o dom pela terra né, nem todo mundo. Então foi selecionando, algumas famílias foram saindo, foram vindo outras famílias até que... Se saiu uma e veio outra depois se tu veio pra dentro do assentamento é porque você pretende, tem o dom pela terra. Então foi uma forma de selecionar as famílias também, né¹⁶².

O “dom” a que se refere Abati é uma explicação recorrente para a evasão de famílias dos assentamentos. Todavia, o dom é um termo subjetivo que envolve questões culturais difíceis de caracterizar em um primeiro momento. Portanto, entendemos que a evasão pode acontecer por diversos motivos, como a qualidade da terra recebida, convívio com os demais assentados, problemas familiares e etc. que não envolvem necessariamente a falta de prática para agricultura.

O objetivo do Incra com primeiros assentamentos era o estabelecimento de agrovilas, ou seja, cada família teria um pedaço de terra para o trabalho e um lote urbano na comunidade. Brunetto explicou que esta experiência não teve sucesso:

[...] o Incra tentou desenvolver uma experiência que [...] não foi muito positiva. Por exemplo, que era assim: demarcar os lotes né, das famílias, mas que na área da comunidade cada família teria um lote urbano. Seria tipo uma urbanização, né, pra formar uma futura agrovila, pessoal morar na agrovila. [...] E hoje, na verdade, tu que vê que não foi uma coisa positiva porque ali acabou entrando outras pessoas e as famílias acabaram negociando esse lote lá na vila pra outras famílias estranhas entrar, e se tornou uma coisa sem controle ali. Então aquilo que deveria ser a área da comunidade, que deveria ser dos assentados, hoje passou a ser... Outras forças entraram, e nós tivemos muito problema social, e temos ainda muito problema social ali na vila do assentamento¹⁶³.

A área dos assentamentos, portanto, não foi constituída apenas por sem-terra

¹⁶² Abati, 2013.

¹⁶³ Brunetto, 2013.

ligados ao MST. A venda de lotes dos assentamentos, embora não permitida pelo Incra, acabou acontecendo. Este fato tem sido utilizado por opositores do MST para criticar seus métodos e suas ações e deslegitimar sua bandeira de luta. Entendemos, no entanto, que a permanência na terra envolve diversos fatores que extrapolam a visão simplista que veicula a negociação destas terras com desonestidade ou oportunismo. A falta de condições para a produção, a vida precária nos assentamentos (principalmente com aqueles que tinham crianças para criar), além de problemas sociais e/ou pessoais com outros assentados motivaram algumas famílias a deixar o campo e ir para cidade ou migrar para outra região rural. Na opinião de Brunetto, a venda é facilitada pelo Incra e seria o motivo de muitos buscarem a alternativa de negociar seus lotes.

Olha, a gente tem combatido, mas a gente não tem controle também, porque o próprio Incra tem facilitado isso aí, né. O Incra que deveria ser o órgão que não devia permitir [...] O MST é um movimento de luta pela terra, e assim, nós não manejamos a questão legal, né, de regularização de terras, isso não é com o movimento, né. Então o Incra tem facilitado, por isso claro o pessoal acaba vendendo. [...] Facilita quando ele regulariza as famílias que entram. Então quando começa a regularizar, aonde passa um boi, passa uma boiada. Ah, regularizou aqui, então vou também vender porque o Incra regularizou, né¹⁶⁴.

O Incra através dos cadastramentos dos assentados, todavia, desclassifica aqueles que vendem seus lotes, impossibilitando a conquista de outro pedaço de terra pela via das ocupações ou dos acampamentos. Continua Brunetto:

E assim, uma coisa que eu acho, ninguém é obrigado a ficar onde não gosta ou, né? No Brasil todo mundo tem o direito de ir e vir, né? Então ninguém é obrigado a ficar. Agora uma coisa assim importante, nesse caso sai um sem-terra e entra outro sem-terra. [...] Então também não é de tudo ruim, né. Ela não voltou a ser do latifundiário, ela continua sendo usada por quem precisa dela¹⁶⁵.

Por fim, destacamos as considerações dos assentados sobre a experiência da luta pela terra e como avaliam as conquistas realizadas. Andretta afirmou que a importância da conquista da terra “foi grande porque, além de não trabalhar de empregado, pra ganhar pouco, salarinho de fome, além disso fizemo o giro de viver da família, sustentar a família, não perdi nenhum, nem [por] doença”¹⁶⁶. Destacou também que o trabalho ainda é duro na roça, apesar de ter maior autonomia com o horário de trabalho.

Porque o cara que trabalha aqui, trabalha lá, trabalha ali no fundo, trabalhar tem que trabalhar. Muda muito pouco. Só que aqui é mais livre, não é que nem empregado, né. Empregado tem horário, e aqui não, nós

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Andretta, 2013. Grifos meus.

imo trabalhar a hora que quisemo (risos). Só essa a diferença¹⁶⁷.

Apesar de compreender o sentido dado por Andretta em relação à liberdade para organizar os horários de trabalho, as atividades realizadas pelos agricultores exige dedicação independente de ser possuidor ou não de terras para trabalhar. O destaque, portanto, fica por conta da autonomia conquistada pelos sem-terra.

Brunetto destacou que os assentamentos não beneficiaram apenas os sem-terra. A economia de Abelardo Luz melhorou com o estabelecimento de milhares de famílias do município:

[...] a economia de Abelardo mudou totalmente com a chegada dos assentamentos. Totalmente. [...] E olha a economia o quê gerou todo esse crédito de mil e quatrocentas famílias assentadas, ela foi gastada em Abelardo Luz. Quanta geladeira o pessoal comprou, quanto fogão, quanta cama, quanta roupa, quanto colchão, quanta material de construção, né? Pra fazer as casas, máquinas de implementos agrícolas, ferramenta, enfim¹⁶⁸.

Abati, por sua vez, afirmou:

Então, mas valeu a pena, Fiore, eu acho que toda essa história que nós criamos, que ocupamos em maio de oitenta e cinco, foi o início de uma grande vitória né, de grandes conquistas onde hoje as famílias são assentadas, e você visitando é prova disso né, uma valorização... Hoje as famílias vivendo bem, cada um com seu pedacinho de terra, cada um com suas estruturas... Eu imagino hoje, Fiore, se não surge o Movimento, onde essas famílias estariam hoje¹⁶⁹.

Na década de 1980 as lutas foram levadas adiante e os sem-terra puderam se estabelecer apesar de condições adversas. Nos jornais pesquisados há referência a óbitos nos assentamentos de Abelardo Luz por conta do frio e da fome. As ameaças de latifundiários articulados com a União Democrática Ruralista (UDR) e seus líderes foram uma constante enquanto se desenrolaram os processos políticos de desapropriação ou novas ocupações¹⁷⁰.

Prestes a completar 30 anos, o assentamento conquistado é visto pelos camponeses com orgulho. Hoje os assentados contam com infraestrutura para sobrevivência e produção (o leite é um dos mais produzidos), organizados em cooperativa que envolve diversos assentamentos no estado. O MST, por sua vez, continua organizando lutas contra o latifúndio e os agrotóxicos e defendendo a reforma agrária, objetivos que ainda estão por se conquistar.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Brunetto, 2013.

¹⁶⁹ Abati, 2013.

¹⁷⁰ “Sem terra e seus defensores continuam recebendo ameaças”. Jornal de Santa Catarina, 31/07/86.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento da Teologia da Libertação como pensamento crítico-religioso, o trabalho das CEBs como formadores políticos, o papel da CPT como mediador e o surgimento do MST como movimento autônomo dos trabalhadores rurais dá a noção da organização dos sem-terra como um longo processo de constituição¹⁷¹.

A memória dos camponeses entrevistados ao ser avivada reconstrói a época da ocupação como um momento de glória, pela resistência nos acampamentos e pelas diversas dificuldades enfrentadas. Nesse sentido, outro aspecto a se destacar é o da complexidade do trabalho com a memória daqueles que viveram o momento da conquista da terra, pois compreendem o sujeito presente nas contradições para além da opinião da mídia oficial e, conseqüentemente, do senso comum. A memória é um elemento presente e constante nos assentamentos do MST que se manifesta através de festas anuais no dia 25 de maio e do monumento construído em homenagem as ocupações.

Estas ocupações inauguraram outras lutas pela terra por todo o estado de Santa Catarina e apenas em Abelardo Luz já foram criados 23 assentamentos contando com mil e quinhentas famílias beneficiadas.

Nesta pesquisa procuramos aproximar os discursos e a história oficiais do movimento sobre as formações de base, as ocupações e o assentamento com a memória de camponeses presentes nestes momentos. Além disso, procuramos inserir a opinião vinculada na imprensa sobre estes episódios. Era – e de certa forma ainda é – termo corrente tratar dos camponeses sem-terra como “bandidos”, “ladrões de terra”, “desocupados”, etc. O desafio de se trabalhar o MST desde a academia sem opiniões carregadas de preconceitos, por conseguinte, faz-se presente a todo o momento.

A análise do objeto pelo pesquisador deve passar por uma auto-reflexão de seus valores, sentimentos e preconceitos para não cair em julgamentos prematuros que deturpem o sentido da pesquisa¹⁷². E. P. Thompson também remete ao cuidado que o historiador deve desprender ao pesquisar:

Somente nós, que estamos vivendo agora, podemos dar um “significado” ao passado. Mas esse passado foi sempre, entre outras coisas, o resultado de uma discussão acerca de valores. Ao reconstituir

¹⁷¹ Stedile, 1999.

¹⁷² WHITAKER, D. (et al). Proposta metodológica para pesquisa de campo em assentamentos de Reforma Agrária. In: **Retratos de Assentamentos** – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), UNIARA, Araraquara. v. 14, n.1, 2011, p. 22-24.

esse processo, ao mostrar como a causação na realidade se efetuou, devemos, à medida que nossa disciplina permita, controlar nossos próprios valores. Uma vez, porém, reconstituída essa história, temos liberdade de oferecer nosso julgamento a propósito dela¹⁷³.

O trabalho do historiador, nesse aspecto, é um constante desafio. Trabalhar com o meio rural implica a busca das origens dos camponeses envolvidos, a compreensão da política econômica nacional e da herança fundiária desigual acumulada por séculos em território nacional. Assim sendo, para nosso propósito, este é um elemento indispensável: situar a luta dos trabalhadores rurais e compreendê-la no seu devido contexto.

A pesquisa realizada para este trabalho revelou-se uma importante experiência de convívio, ainda que por poucos dias, em assentamentos de reforma agrária. Procurávamos compreender melhor o meio rural e a luta pelo direito à terra e tornou-se gratificante poder estudar o passado de milhares de famílias envolvidas no episódio das ocupações e poder colaborar para a historiografia da questão agrária no oeste de Santa Catarina.

Todavia, neste trabalho não nos foi possível utilizar todas as fontes levantadas e disponíveis nos arquivos e na internet. Há, portanto, novas questões e talvez novas respostas a serem consideradas sobre a história do MST e do campesinato do oeste catarinense e esperamos que a presente pesquisa possa colaborar em futuras investigações.

¹⁷³ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981, p. 52.

6. REFERÊNCIAS

- ABATI, Luiz: depoimento [28 julho 2013]. Entrevistador: Gustavo Henrique de Siqueira. Abelardo Luz, 2013.
- ANDRETTA, Olmiro: depoimento [27 julho 2013]. Entrevistador: Gustavo Henrique de Siqueira. Abelardo Luz, 2013.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura**. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BONES, Elmar. Áreas são invadidas em Santa Catarina. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 31 maio 1985.
- BOSSLE, Vânio. Polícia catarinense vai expulsar os invasores. **Zero Hora**. Florianópolis, 31 maio 1985.
- BRUNETTO, Irma: depoimento [31 julho 2013]. Entrevistador: Gustavo Henrique de Siqueira. Chapecó, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de historia e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FRANK, Andre Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en America Latina**. 5. ed. Mexico: Siglo Veintuino, 1978.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. RJ: Vértice, 1988.
- GOVERNO cria instituto para tratar das questões agrárias do Estado. **O Estado**, Florianópolis, 16 abr. 1986.
- GOVERNO de SC teme conflito armado e solicita ajuda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 1985.
- HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local - 1945-1965**. Chapecó: Argos, 2001.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O cativoiro da terra**. 3a ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MOVIMENTO dos Sem-Terra denuncia situação precária com dois mortos. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 19 jul. 1985.

NOVAS invasões, mas polícia ainda não reprime. **O Estado**, Florianópolis, 01 jun. 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas no Campo: Conflitos e violência, movimentos sociais e resistência, os “sem terra” e o neoliberalismo**. 10ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. In: **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009.

PAIM, Elison Antonio. Aspectos da Constituição Histórica do Oeste de Santa Catarina. In: **Revista Saeculum**. v. 14. João Pessoa: UFPB, 2006.

PAIM, Elison. **Memórias e Experiências do Fazer-se Professor (a)**. 2005.532f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, 2005.

PANINI, Carmela. **Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei: 500 anos de história inacabada**. São Paulo: Paulinas, 1990.

PAULILO, M. I. S. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Ed. da UFSC: 1996.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e Poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli: FCC Edições, 1992.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo (SP): Contexto, 2008.

POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2008.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n. 14, fev/1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1987.

PROPRIETÁRIOS advertem que poderão usar a força. **O Estado**, Florianópolis, 31 maio 1985

RIBEIRO, Luiz. Começa remoção de acampamento de sem-terra em SC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jun. 1985.

SEM TERRA e seus defensores continuam recebendo ameaças. **Jornal de Santa**

Catarina, Blumenau, 31 jul. 1986.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. 10a ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SITE oficial da Prefeitura de Abelardo Luz. Disponível em <<http://zip.net/bbkYSJ>> Acesso em 13 jun. 2014.

STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na esquerda: 1960-1980. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 1999.

STRAPAZZON, João Paulo Lajus. **E o verbo se fez terra**: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990. Chapecó: Grifos, 1997.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

WAGNER, Carlos. Governo compra área para os invasores. **Zero Hora**, Florianópolis, 02 jun. 1985.

WERLANG, Alceu Antonio; CORREA, Carlos Humberto P. **A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense**: atuação da Cia territorial sul Brasil: 1925 a 1954. 1992. xi, 223f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas.

WHITAKER, Dulce (et al). Proposta metodológica para pesquisa de campo em assentamentos de Reforma Agrária. In: **Retratos de Assentamentos** – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), UNIARA, Araraquara. v. 14, n.1, 2011.

7. ANEXOS

Anexo 1 – Decálogo do IPES sobre a Reforma Agrária

I – A Reforma agrária tem por finalidade criar, no campo, uma classe média estável e próspera.

II – A reestruturação da propriedade deve ser acompanhada de medidas que visem melhorar a produtividade, ou aumentar a renda e elevar o padrão de vida.

III – A reforma deve ser iniciada pelas regiões onde o problema de terra for mais agudo.

IV – A reforma será feita aproveitando as terras devolutas, reagrupando os minifúndios e eliminando, progressivamente, os latifúndios improdutivos.

V – A desapropriação por interesse social resguardará o direito à propriedade. O governo poderá criar instrumentos de mobilização de recursos, inclusive lançar títulos públicos que ofereçam atrativos aos eventuais tomadores, por exemplo, garantia contra a desvalorização da moeda.

VI – A reforma deverá ser executada levando-se em conta as características econômicas, sociais, ecológicas e o nível técnico das diversas regiões.

VII – A reforma deve ser implantada, garantindo-se a proteção contra o arbítrio e a discriminação.

VIII – A reforma deve contribuir para harmonizar o desenvolvimento rural com o processo de industrialização.

IX – A lei regulará as relações de trabalho: salário, parceria, arrendamento...

X – A reforma será realizada com concurso da iniciativa privada e estimulará a formulação de sistemas cooperativos de produção, mecanização, comercialização.

(Panini, 1990, p. 71)

Anexo 2 - Resolução do projeto de assentamento da Fazenda Sandra

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 14 DE Janeiro DE 1986

O CONSELHO DE DIRETORES DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, pelo seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º do Decreto nº 90.697, de 12 de dezembro de 1984, combinado com o artigo 11 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Interministerial nº 027, de 22 de janeiro de 1985, e tendo em vista a decisão adotada em Reunião realizada em 14 de Janeiro de 1986;

R E S O L V E:

- I. Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de parcelas, do imóvel rural denominado "SANDRA" com uma área de 1.039,1441 ha (hum mil, trinta e nove hectares, quatorze ares e quarenta e um centiares), localizado no município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, de domínio deste Instituto, que prevê a criação de 88⁵⁸ (oitenta e oito) unidades agrícolas familiares e a implantação da infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o anteprojeto elaborado pela Diretoria Regional de Santa Catarina, conforme consta do Processo INCRA/DR-10/Nº 2.042/85.
- II. Fica criado, para os efeitos de destinação ora aprovada, o Projeto de Assentamento SANDRA, a ser implantado e desenvolvido.

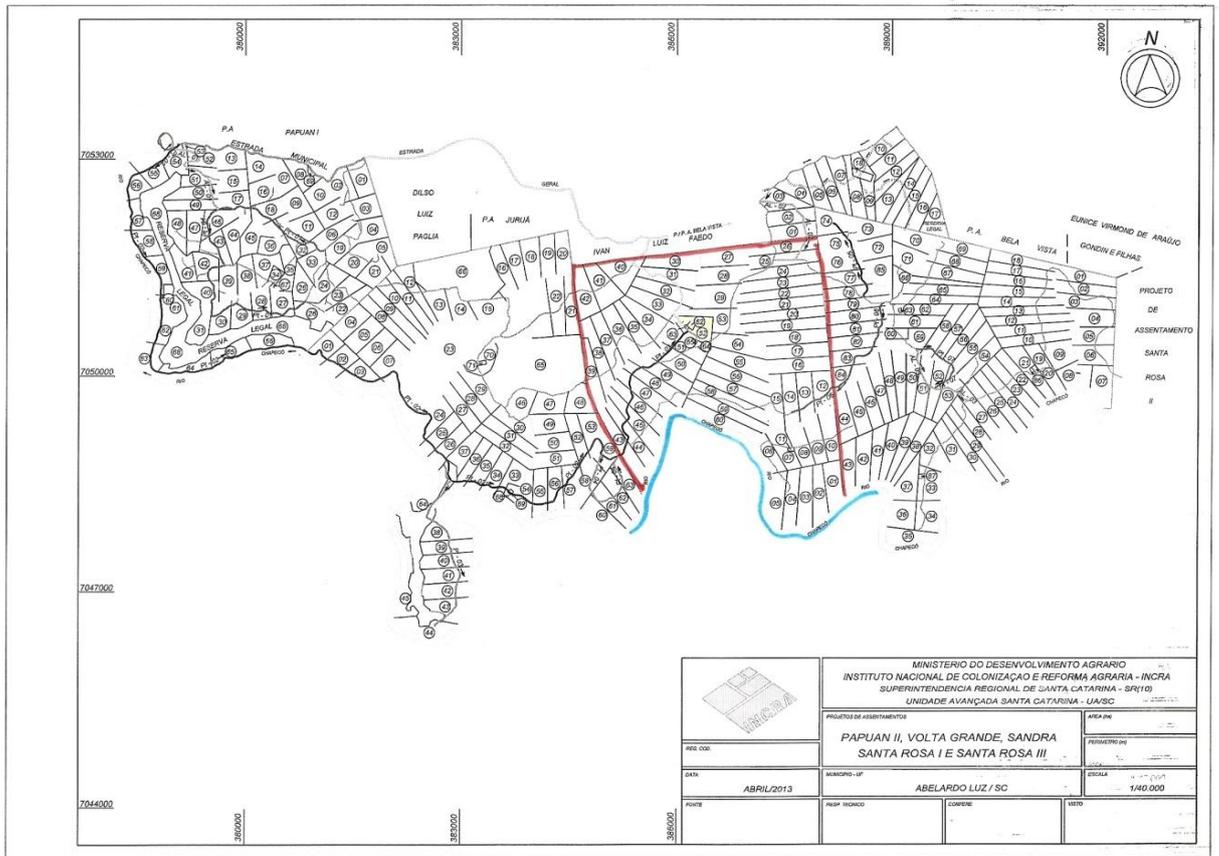
42/144
39
A

vido pela Diretoria Regional de Santa Catarina (DR-10), em
articulação com a Diretoria de Projetos de Colonização-DP.

III. Autorizar o Diretor de Projetos de Colonização a promover as
modificação e adaptações que, no curso da execução, se fize
rem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto.


NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
Presidente

Anexo 3 - Mapa dos assentamentos de Abelardo Luz. A área do Assentamento 25 de Maio é a destacada em vermelho e em azul o Rio Chapecó



Anexo 4 – Termos de consentimento dos entrevistados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO HUMANAS
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO HISTÓRIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra é do pesquisador.

Título do projeto: Assentamento 25 de Maio: Memórias e Experiências na Luta pela Terra

Pesquisador responsável: Gustavo Henrique de Siqueira

Telefone para contato: (49) 9954-8764

Orientador: Elison Antonio Paim

Telefone: 48- 88334095

O Objetivo desta pesquisa é analisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Santa Catarina e a formação do Assentamento Sandra (também conhecido como 25 de Maio) desde a ocupação à regularização das terras.

A sua participação na pesquisa consiste em responder um questionário que será realizado pelo próprio pesquisador, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o pesquisado. Os procedimentos aplicados por esta pesquisa não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, IRMA BRUNETTO, RG 91R.2.244939
CPF 482.193.399-34, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Gustavo Henrique de Siqueira sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.
Local: Chapeco - SC Data 31 / 07 / 2013
Nome e assinatura do sujeito: Irma Brunetto



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra é do pesquisador.

Título do projeto: Assentamento 25 de Maio: Memórias e Experiências na Luta pela Terra

Pesquisador responsável: Gustavo Henrique de Siqueira

Telefone para contato: (49) 9954-8764

Orientador: Elison Antonio Paim

Telefone: 48- 88334095

O Objetivo desta pesquisa é analisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Santa Catarina e a formação do Assentamento Sandra (também conhecido como 25 de Maio) desde a ocupação à regularização das terras.

A sua participação na pesquisa consiste em responder um questionário que será realizado pelo próprio pesquisador, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o pesquisado. Os procedimentos aplicados por esta pesquisa não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, Almaíra Andretta, RG 949.392-1
CPF 325.137.019-68, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Gustavo Henrique de Siqueira sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: Abelardo Luz Data 27/07/2013

Nome e assinatura do sujeito: Almaíra Andretta



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra é do pesquisador.

Título do projeto: Assentamento 25 de Maio: Memórias e Experiências na Luta pela Terra

Pesquisador responsável: Gustavo Henrique de Siqueira

Telefone para contato: (49) 9954-8764

Orientador: Elison Antonio Paim

Telefone: 48- 88334095

O Objetivo desta pesquisa é analisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Santa Catarina e a formação do Assentamento Sandra (também conhecido como 25 de Maio) desde a ocupação à regularização das terras.

A sua participação na pesquisa consiste em responder um questionário que será realizado pelo próprio pesquisador, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o pesquisado. Os procedimentos aplicados por esta pesquisa não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, Ruij Donizeti Albati, RG 1.157.774
CPF 589.779.309-97, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Gustavo H. de Siqueira sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: Abelardo Cruz Data 26/07/2013

Nome e assinatura do sujeito: Ruij D. Albati